



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS
PÚBLICAS**

**O IMPACTO DO REUNI SOBRE A GESTÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

MARTA EMÍLIA TEIXEIRA

BRASÍLIA
2013

MARTA EMÍLIA TEIXEIRA

**O IMPACTO DO REUNI SOBRE A GESTÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (FACE/ECO/UnB) como requisito para obtenção do título de mestre em Economia, área de concentração: **Finanças Públicas.**

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Góes Ellery Júnior

BRASÍLIA
2013

MARTA EMÍLIA TEIXEIRA

O IMPACTO DO REUNI SOBRE A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Dissertação **aprovada** como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Economia de Finanças Públicas** do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB). A Comissão Examinadora foi formada pelos professores:

Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior (Orientador)

Departamento de Economia - UnB

Prof. Antônio Nascimento Júnior

Departamento de Economia - UnB

Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto

Departamento de Economia - UnB

Brasília, 30 de julho de 2013.

Aos Filhos,

Há certas circunstâncias que surgem na vida da gente que nos proporcionam oportunidades raras para reflexão. Esta é uma oportunidade única. Ao escrever esta página dedicando este trabalho a vocês, quero aproveitar para realçar o meu carinho e afeto, meu amor e minha admiração. Pena que as palavras sejam insuficientes para demonstrar a dimensão de certos sentimentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por sempre estar ao meu lado.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram a lutar pelos meus sonhos.

Ao Professor Roberto de Góes Ellery Júnior, pela valiosa orientação.

Ao Professor Antônio Nascimento Júnior, pela atenção e paciência nas horas difíceis.

Aos filhos, por continuarem presentes, por todo carinho, atenção e ajuda.

A todos que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho, pelo tempo e pela dedicação concedidos.

A todos que compartilharam comigo os meus ideais, incentivando-me a prosseguir, fossem quais fossem os obstáculos, especialmente aos colegas de turma.

Finalmente agradeço à Fundação Universidade de Brasília, pela oportunidade de possibilitar o acesso à qualificação dos seus servidores.

“Quando ele (o Homem) tiver ultrapassado o estado primitivo de sacrifício humano, seja na forma do ritual dos astecas ou guerra secular, quando estiver capacitado para regular sua relação com a natureza, razoavelmente e não cegamente, quando as coisas se tiverem de fato transformado em suas servas e não em seus ídolos, ele defrontará com os conflitos e problemas verdadeiramente humanos: terá de ser aventureiro, corajoso, imaginativo, capaz de sentir prazer e dor, mas seus poderes estarão a serviço da vida e não da morte”.

Erich From

RESUMO

O presente trabalho foi idealizado com a finalidade em avaliar o impacto do projeto denominado Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior – REUNI, sobre a Universidade de Brasília. Idealizado pelo Ministério da Educação, este projeto visa a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; aumento do número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificação das modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação à distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivo a criação de um novo sistema de títulos; elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estímulo à mobilidade estudantil entre as instituições de ensino através de Acordo de Metas pactuado entre as IFES e o MEC, enfocando suas conseqüências, como instrumento de capacitação e intervenção para a definição de políticas públicas, especificamente na Universidade de Brasília. O REUNI constituiu-se numa alternativa em meio à agudização do ensino superior nas IFES. O estudo teve como objetivo principal, avaliar os desdobramentos das metas alcançadas no âmbito da Universidade de Brasília e seus reflexos quanto ao financiamento das atividades que serão exigidas quanto à manutenção de despesas básicas de custeio desenvolvido no âmbito do tripé ensino, pesquisa e extensão tendo em vista o potencial de inclusão social. Tem como pretensão, conforme os resultados apresentados, fornecer subsídios e referências para a construção de projetos futuros. Sugere-se, então, a formação de um grupo de estudos sobre a gestão de processos com vistas à adaptação à realidade da Universidade de Brasília, a disseminação de conceitos de gestão da qualidade.

Palavras-chave: Universidades Federais. Reestruturação. Reforma Universitária. Universidade de Brasília.

ABSTRACT

The present study was designed in order to evaluate the impact of the project called Programme Restructuring and Expansion of Federal Institutions of Higher Education - REUNI, on the University of Brasilia. Conceived by the Ministry of Education, this project aims to reduce dropout rates, fill the places available and increased inflow of vacancies, especially at night, increasing the number of students per teacher in each classroom graduation; diversification of modes undergraduate courses through flexible curriculum, distance education, the creation of short courses, cycles (basic and vocational) and interdisciplinary bachelor; encouraging the creation of a new system of titles; raising the completion rate undergraduate courses to 90% and promote student mobility between educational institutions through Agreement targets agreed between IFES and the MEC, focusing on its consequences, as a tool for empowerment and intervention for setting public policy, specifically the University of Brasília. The REUNI constituted an alternative amid worsening of higher education in the IFES. The study aimed to assess the ramifications of milestones achieved within the University of Brasilia and its impact on the funding of the activities that will be required regarding the maintenance of basic expenses costing developed under the tripod teaching, research and extension taking into view of the potential for social inclusion. Its intention, the results presented provide subsidies and references for the construction of future projects. It is suggested, therefore, the formation of a study group on the management of processes with a view to adapting to the reality of the University of Brasilia, the dissemination of concepts of quality management.

Keywords: Federal Universities. Restructuring. University Reform University of Brasilia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despesas Executadas pela FUB entre 2006 e 2012.....	48
Gráfico 2 - Despesas Executadas pela FUB em 2006 - percentual por Fonte de Recursos.....	51
Gráfico 3 - Despesas Executadas pela FUB em 2006 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	52
Gráfico 4 - Despesas Executadas pela FUB em 2007 - percentual por Fonte de Recursos.....	54
Gráfico 5 - Despesas Executadas pela FUB em 2007 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	55
Gráfico 6 - Despesas Executadas pela FUB em 2008 - percentual por Fonte de Recursos.....	58
Gráfico 7 - Despesas Executadas pela FUB em 2008 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	59
Gráfico 8 - Despesas Executadas pela FUB em 2009- percentual por Fonte de Recursos.....	61
Gráfico 9 - Despesas Executadas pela FUB em 2009 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	62
Gráfico 10 - Despesas Executadas pela FUB em 2010- percentual por Fonte de Recursos.....	64
Gráfico 11 - Despesas Executadas pela FUB em 2010 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	65
Gráfico 12 - Despesas Executadas pela FUB em 2011- percentual por Fonte de Recursos.....	67
Gráfico 13 - Despesas Executadas pela FUB em 2011 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	68
Gráfico 14 - Despesas Executadas pela FUB em 2012- percentual por Fonte de Recursos.....	70
Gráfico 15 - Despesas Executadas pela FUB em 2012 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos.....	71

LISTA DE TABELAS

Equipamentos adquiridos estão resumidos abaixo e detalhados nos relatórios da Comissão Permanente do REUNI, elaborado pelo DEG.....	37
Tabela 1 - Grupo de Despesa: Pessoal Ativo e Inativo e Encargos Sociais 2006 a 2012).....	47
Tabela 2 - Despesas executadas pela FUB – 2006 a 2012.....	48
Tabela 3 - Despesas executadas pela UnB – 2006.....	50
Tabela 4 - Despesas executadas pela UnB – 2007.....	53
Tabela 5 - Despesas executadas pela UnB – 2008.....	57
Tabela 6 - Despesas executadas pela UnB – 2009.....	60
Tabela 7 - Despesas executadas pela UnB – 2010.....	63
Tabela 8 - Despesas executadas pela UnB – 2011.....	66
Tabela 9 - Despesas executadas pela UnB – 2012.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNRES - Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CECEL - Complexo de Educação, Cultura e Lazer
CAEP - Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
CEPLAN – Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
CF – Constituição Federal
CDT – Centro de Desenvolvimento Tecnológico
CIC – Departamento de Ciências da Computação
CESPE – Centro de Seleção e Promoção de Eventos
CEFTRU - Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes
DE – Dedicção exclusiva
DEG – Decanato de Ensino de Graduação
EAD – Educação a distância
EST – Departamento de Estatística
EDU – Editora da UnB
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FT – Faculdade de Tecnologia
FUB – Fundação Universidade de Brasília
FPF – Fundo Público Federal
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
ICC – Instituto Central de Ciências
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MASC - Módulo a atividades e serviços comunitários
MESP - Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MP – Medida Provisória
OCC – Orçamento de Custeio e Capital
ODC – Outras Despesas Correntes
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNB – Produto Nacional Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Parceria Público Privado
PROUNI – Programa Universidade para todos
QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa
REUNI – Reestruturação das Universidades Federais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOU/DAIA - Serviço de Orientação Universitária da Diretoria de Apoio e Integração Acadêmica
TCU – Tribunal de Contas da União
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UBC – Unidade Básica de Custeio
UED – Unidade de Ensino e Docência
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Considerações iniciais.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Reforma Universitária no Brasil – Um Histórico.....	16
2.2 Reforma Universitária na Atualidade.....	22
2.3 Financiamentos das IFES.....	23
2.4 Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	25
2.4.1 A Proposta Inicial.....	25
2.4.2 O REUNI pós-implantação.....	27
2.4.3 Limitações e fragilidades do REUNI.....	29
2.5 O REUNI na Universidade de Brasília.....	32
2.5.1 Obras e Reformas.....	35
2.5.2 Aquisições de Equipamentos.....	37
2.5.3 Programa de Bolsas para estudantes de graduação.....	39
2.5.4 Programa de Bolsas para estudantes de pós-graduação.....	39
2.5.5 Programa de Tutoria para Disciplinas Iniciais das áreas de Matemática, Física e Química.....	41
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
3.1 Análises do Impacto sobre a Gestão Administrativa.....	42
3.2 Análises do Impacto sobre a Gestão Financeira.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A globalização dos mercados acelerou o progresso, a competitividade e o desempenho das organizações, provocando novas posturas administrativas em busca da qualidade.

A adoção de modernas ferramentas de administração, como o planejamento estratégico, *benchmarking*, programa 5S's, e de estratégias de gestão para qualidade propiciam às organizações confrontar esse cenário complexo e acelerado com as frequentes mudanças no ambiente externo.

Discutir educação, portanto, nunca será demasiado. Ocorre que, historicamente, o setor enfrenta dificuldades.

A busca de soluções para tais problemas é interesse público geral e deve passar pelo envolvimento de vários órgãos e entidades, além dos membros da comunidade acadêmica, a fim de que a discussão possa abranger diferentes visões e perspectivas.

Com as redefinições do papel do Estado que precisava lidar com menos recursos e aumentar a eficiência governamental, em função das mudanças sociais, tecnológicas, econômicas, políticas e culturais, a forma atual de atuação do Estado não era capaz de processar as demandas sempre crescentes dos cidadãos, todos esses fatores afetaram diretamente a organização das burocracias públicas, exigindo, portanto uma redefinição do papel do Estado que precisava lidar com menos recursos e aumentar a eficiência governamental.

Ou seja, independentemente do estágio de crescimento do país, a necessidade de rediscutir o papel do Estado para torná-lo mais eficiente e eficaz e reduzir a brecha sempre crescente entre o que se espera do Estado e sua capacidade de resposta era um imperativo da crise.

A eficiência tornava-se assim referência máxima para a ação do Estado e um valor inquestionável para solução de todos os problemas. A eficiência do Estado daria segurança aos investimentos, ao funcionamento dos mercados, combateria os desperdícios, melhoraria a qualidade dos bens e serviços e facilitaria a governabilidade (BERRONES, 2001).

O trabalho ora apresentado tem como preocupação central o contexto vivenciado pela universidade num momento de profundas mudanças que afetam não só a Instituição em foco, como a totalidade dos direitos e políticas sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

A disputa entre capital e trabalho pelos fundos públicos passa a serem francamente vencidas pelo capital que, com o discurso da crise fiscal do Estado, tem monopolizado a utilização de seus recursos através de mecanismos como a dívida pública, isenções fiscais e até financiamento direto a investimentos de infraestrutura.

A gestão pública deveria, pois se apoiar em três valores básicos (eficiência, eficácia e economia) e ser orientada para a obtenção de resultados e não mais para o cumprimento dos dispositivos legais e burocráticos para atender às necessidades dos cidadãos que esperam que o governo tenha um desempenho capaz de atender às suas necessidades.

O REUNI, objeto do Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007a), tem como propósito dotar as universidades federais das condições necessárias para que possam expandir as vagas no ensino superior e reduzir a evasão dos alunos, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes.

Outro propósito do REUNI é a tentativa de dar respostas à crise do sistema de ensino superior, bem como valorizar a introdução de novos arranjos organizacionais e de novos mecanismos de gestão para obtenção de mais eficiência no gasto público com a suposição básica de que a contratualização de resultados é a aposta certa para resolver os problemas de expansão do sistema em curto prazo.

No entanto, por tratar-se de um Programa com tempo definido para sua existência e em fase de implementação abre-se um leque enorme de interrogações sobre a sua capacidade para alterar de forma substantiva a cultura burocrática das instituições e consolidar, em seu lugar, uma cultura de resultados.

Desta forma este trabalho pretende responder ao seguinte questionamento:
Qual foi o impacto do REUNI sobre a gestão Administrativa e Financeira da Universidade de Brasília?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reforma Universitária no Brasil – Um Histórico

No contexto da globalização em que se destaca a ordem mundial, a integração universitária vem despontando significativo interesse na construção lógica e coletiva do seu papel de internacionalização de conhecimentos especificamente para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão.

Para Minto, Lalo e Watanabe (2008), o estado brasileiro vivenciou profunda crise pós-guerra (1939-45) evidenciado pela quase total exclusão de ingressos ao ensino superior, principalmente aos ingressos da faixa etária de 18 a 24 anos, ao desenvolvimento institucional de funcionamento das universidades, sendo estabilizada pelos programas sociais do governo federal.

Com o país em expansão, já nas décadas de 1960 e 1970, instala-se uma nova crise em função da expansão do desenvolvimento tecnológico, o impacto social da era vivenciada pelo milagre econômico, exigiu do país severos desafios quanto ao saneamento da dívida interna e externa, refletindo na educação superior no país. Dessa forma, o processo natural de readequação da crise pôde ser verificado, principalmente com o setor privado aumentando significativamente o número instituições de ensino superior e de matrículas para acesso. (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

No documento Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira, editado pelo MEC em 1966, serviu como modelo para a elaboração do projeto da Reforma Universitária, contendo medidas de: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos.

Entre as propostas e recomendações encontra-se a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras, em 31 de julho de 1972, por meio do Decreto nº 70.904.

Em fins de 1967, o Governo cria, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, com as finalidades de: “a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e

propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado”.

Do relatório final dessa Comissão, algumas recomendações foram absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definem infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as respectivas medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos.

A reforma universitária implantada no Brasil em 1968 foi planejada pelo segundo governo militar e tinha como objetivo central um projeto de nação alimentado pela grandeza da luta contra o socialismo e o comunismo. Para Arthur e Macedo (2005), a reforma universitária aconteceu.

Romanelli (2000) enfatiza que só a partir de 1968 que a educação aparece significando fator de desenvolvimento, embora o período de 1964 a 1968 tenha sido um período de recuperação econômica, houve uma forte pressão por demanda de educação, em especial a superior.

Assim, ao lado da reformulação da natureza dos exames vestibulares houve a extinção da cátedra, o estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1968 (BRASIL, 1968), no art. 2º, retomou uma concepção da reforma Francisco Campos de 1931, estabeleceu que o ensino superior, indissociável da pesquisa, seria ministrado em universidades e, apenas excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Com a diversificação do sistema, ou seja, com a diferenciação das instituições e dos serviços que elas devem ofertar a diferentes clientes, objetiva-se reorientar o sistema em uma direção à estruturação de um modelo único que associa ensino-pesquisa-extensão.

O modelo único tinha como princípio básico a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o que significava que as universidades deveriam institucionalizar a pesquisa e associá-la com o ensino e com os serviços de extensão (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Com isso a reforma de 1968 privilegiou um modelo único de instituição de ensino superior no qual a pesquisa estava inserida no cotidiano acadêmico, e a extensão recebia uma função ainda pouco definida e de via única, restrita à transferência e resultados à sociedade e ao oferecimento, aos estudantes, de oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade.

Segundo Romanelli (2000) o projeto da Reforma Universitária de 1968 pode apresentar a forma da universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País. Várias propostas de reforma universitária surgem na década de 80.

A abertura democrática e o conseqüente advento da chamada Nova República, em 1985, propiciaram clima para a retomada da discussão em torno da questão da autonomia universitária. É importante considerar a constituição, em março desse mesmo ano, da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES), que produziu um relatório, com o título "Uma Nova Política para a Educação Superior".

Neste contexto, Ribeiro (2002) destaca que a questão da avaliação junto com a da autonomia é considerada por vários autores a tônica central do Relatório da Comissão.

Como desdobramento dos trabalhos do CNRES, foi criado, em fevereiro de 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), o

qual, com base no Relatório da Comissão, deveria sistematizar as questões ali levantadas.

Somente em outubro de 1986, num clima de tensão produzido pela deflagração de uma greve de funcionários de autarquias e de ameaça de uma nova greve de professores, é que o Relatório e o anteprojeto resultantes do trabalho do GERES foram divulgados (RIBEIRO, 2002).

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram concluídos em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. No entanto, a discussão acerca da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prosseguiu durante alguns anos. O período de elaboração dessa Lei se deu no curso do governo de Fernando Collor de Melo.

A comunidade acadêmica, que com a sua mobilização impediria que a medida se efetivasse, também reagiu à proposta de autonomia universitária vinculada à avaliação de desempenho contida no Plano Setorial de Educação do MEC para o período de 1991 a 1995 (RIBEIRO, 2002).

Conforme o Plano, tal autonomia implicaria um processo de desregulamentação, com o qual se abria a possibilidade de as Universidades fixarem os salários dos professores e realizarem concursos para a contratação de pessoal de acordo com suas próprias necessidades.

Em meados do ano de 1995, o MEC se mostrava disposto a discutir a questão da autonomia com os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Para tanto, a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC convocou a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no dia 28 de julho de 1995, para um primeiro contato oficial, quando se discutiu a carreira docente e técnico administrativa nas IFES.

Nesse mesmo ano, a Lei nº 9.192/95, aprovada a partir de projeto do MEC, determinou uma mudança na escolha de dirigentes das Universidades federais.

A proporção de docentes das Universidades federais participantes dos órgãos colegiados máximos passou a ser de no mínimo 70%. Este foi, também, o peso do voto dos docentes no caso de eleições para reitor e vice-reitor.

Independentemente da consulta, os colegiados superiores deveriam reunir-se em colégio eleitoral para elaborar uma lista tríplice. Dessa lista, o presidente da República ou o ministro, por delegação sua, escolhia o reitor.

Ainda no ano de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.131/95, que dizia que o MEC realizaria avaliações periódicas das instituições e dos cursos de ensino superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes, dos diversos fatores que determinariam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outro fato importante que aconteceu foi a criação da nova *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional* - LDB (Lei no 9.394), sancionada em 20 de dezembro de 1996.

As propostas para o ensino superior, contidas tanto na nova LDB como nas medidas de iniciativa do Poder Executivo, poderiam vir a mudar radicalmente a configuração do sistema de educação superior no Brasil (RIBEIRO, 2002).

Diferentemente da primeira LDB, de 1961, essa tratou detalhadamente da autonomia universitária, estabelecendo o que a Universidade poderia fazer.

Um dos pontos fortes dessa discussão foi a proposta de emenda constitucional do governo FHC, que propunha a ampliação da autonomia universitária, mas, para tanto, as instituições passariam a ser “Organizações Sociais” não estatais. As Universidades seriam autônomas, mas teriam que buscar seus próprios recursos.

Em outra proposta, o MEC enviou às IFES um projeto de lei que dispunha sobre a autonomia universitária. E para que a autonomia fosse realmente implementada, seria necessária uma lei complementar que trataria exclusivamente da autonomia da Universidade Pública.

As entidades universitárias foram contrárias à proposta. As duas leis foram aprovadas: a primeira, a Lei no 9.192/95, que determinou mudança na escolha de dirigentes das universidades federais.

Depois de realizada uma consulta à comunidade universitária, seria elaborada uma lista tríplice, da qual o Presidente da República escolheria o reitor. E a segunda lei, relativa ao ensino superior: a Lei no 9.131/95, que previa os Exames Nacionais

de Curso, em que o MEC realizaria avaliações obrigatórias a todos os estudantes do último ano dos cursos superiores de graduação.

A Constituição Federal de 1988 assegurou no seu Capítulo III, da educação, cultura e desporto, no artigo 205 que, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No artigo 211, do mesmo Capítulo, §1º assegura que a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

No artigo 212 ficou estabelecido que, a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, 1988, p. 137-140).

A LDB reafirma em seu artigo 54 que, as universidades mantidas pelo poder Público gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. E, no artigo 55 fica assegurado que caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas (LDB, 1996).

A reforma universitária é uma bandeira histórica do movimento estudantil. Já nos anos 60, quando da criação da UnB, intelectuais como Anísio de Teixeira e Darcy Ribeiro repensaram o ensino superior e se propuseram a concretizar uma universidade nova e popular.

2.2 Reforma Universitária na Atualidade

A crise institucional vivenciada pelas universidades públicas nos últimos anos tem vinculações profundas com a perda de prioridade do estado na atuação em

políticas públicas e na evasão de recursos financeiros mantidos pelo governo, induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo.

Já para Germano (2000), a reforma universitária teve avanços na implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, ainda que permeada de notórios limites e constituiu elementos de renovação.

Ainda segundo o autor, ao mesmo tempo em que o estado possibilitava o exercício da crítica social e política, não somente ao regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário, notadamente, se refere à pós-graduação em ciências humanas.

O Ministério da Educação vem trabalhando e empreendendo ações para o ensino superior, com adoção de medidas no sentido de estruturar o sistema de educação superior fortalecendo as políticas sociais e econômicas, constituindo uma nova cultura em que a universidade deverá incorporar frente a tais mudanças propositadas. Cabe destacar as ações que vem sendo realizadas pelo Ministério da Educação na última década, desenvolvendo projetos saneadores para a educação superior no país.

Segundo Lima, Marques e Silva (2009) a conjuntura atual do Brasil resulta, em grande parte, da crise geral do capitalismo na década de 1970 (principalmente do Estado do bem estar e do modelo fordista-taylorista de produção), da intensificação do movimento de internacionalização do capital (especialmente do capital financeiro), da implementação de um modo mais flexível de acumulação capitalista e da adoção das políticas neoliberais, que tratam o mercado como princípio fundador e autorregulado da sociedade global competitiva.

Embora já existisse um processo natural de heterogeneidade, há mecanismos históricos de convergência que proporcionam a unidade do sistema, como: indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, carreira única, autonomia universitária, avaliação institucional.

Entretanto, pode-se observar que está em curso a intensificação de um processo de diversificação e diferenciação, que apresenta diferenças essenciais nas atividades, nos serviços, nos produtos e nas opções de solução para os problemas enfrentados (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

2.3 Financiamentos das IFES

O Ministério de Educação do Brasil é o órgão do governo federal responsável pela definição e, para efeito de registros estatísticos, que as instituições de Ensino Superior estão classificadas da seguinte maneira:

- Públicas (federais, estaduais e municipais);
- Privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares).

Tal definição está seguramente relacionada com as formas de financiamento com que cada um dos modelos procura sobreviver no cenário da educação superior (STEINER, JOÃO E.- 2006).

Se o Ministério da Educação utiliza as categorias público–privado com seus derivados para diferenciar e classificar o sistema de Ensino Superior no Brasil, é, então, fundamental ter a compreensão do que isso significa no que diz respeito à forma de manutenção financeira e administrativa de cada um deles.

Basicamente o sistema de Ensino Superior público é mantido pelo poder público, em nível federal, estadual ou municipal.

As instituições públicas federais colocadas nessa categoria utilizam recursos públicos para a sua manutenção, ou seja, o governo federal é o seu principal mantenedor, já que nelas o ensino é gratuito e somente cerca de 3,5% do orçamento global é constituído por recursos diretamente por elas arrecadados.

As instituições estaduais, por sua vez, têm no governo estadual o seu principal financiador, sendo que o ensino também é gratuito.

No Brasil, nem todos os estados possuem instituições dessa natureza. Essa modalidade de instituição de caráter estadual está mais concentrada na região sudeste do Brasil, onde estão as grandes universidades que apresentam programas de ensino e pesquisa avaliados como sendo os de melhor qualidade do país.

Convém lembrar que as instituições estaduais também utilizam muito o financiamento proveniente das fundações estaduais de apoio à pesquisa como um meio adicional de captação de recursos através da realização de cursos de extensão ou através da prestação de serviços.

Já as instituições municipais, que são de número bastante inferior se comparado aos outros dois tipos de instituições que recebem recursos do governo, contam com o apoio financeiro do governo municipal.

Segundo Vahl (1992) existem três formas dos recursos públicos chegarem às instituições de ensino superior:

- A primeira é a contribuição direta para as IES, com o objetivo de cobrir parte de seus gastos, representando então uma parcela do orçamento nacional global.
- A segunda forma seria pelo financiamento para programas específicos, com a destinação de determinados impostos para tal fim.

Uma última forma de materializar aportes de recursos públicos para as IES seriam os programas de assistência direta aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio habitação, auxílio alimentação, livros e material didático.

Nas universidades federais existem 3 (três) fontes de recursos: receitas governamentais, convênios e próprias. As receitas governamentais são provenientes da União. Constatou-se que a média dessas receitas corresponde a 88,02% do total recebido pelas universidades federais brasileiras.

Os Convênios das universidades federais podem ser de caráter federal, estadual ou municipal. Cada universidade procura o maior número possível de convênios, pois é uma forma permitida pela legislação para complementar a receita. Essa fonte é a segunda maior em todas as universidades federais. Em média a receita com convênios corresponde a 7,41% do total das fontes de recursos.

A terceira fonte relevante para as universidades federais são as receitas próprias. Existem várias formas de a universidade captar recursos, dentre elas estão: as taxas, aluguéis, arrendamentos, dentre outros. Em média 4,57% do total das fontes de recursos das universidades federais provêm das receitas próprias.

Freitas et al (2005) afirmam que as universidades Federais brasileiras pela complexa estrutura exigida, e pelo tamanho possuem inúmeras despesas. A despesa mais relevante na totalidade das universidades federais brasileiras é referente a pessoal e encargos sociais. Essa despesa equivale à média de 82,86% do total. Em todas as universidades estudadas essa é a mais significativa.

A segunda maior despesa é custeio, ou seja, a manutenção da universidade. Em média 15,30% do total das despesas são destinadas para a manutenção da universidade. O capital/investimento aparece em terceiro lugar com uma média de 1,84%.

O primordial é que as instituições de ensino superior possam escolher a forma mais adequada ao seu perfil e às suas possibilidades, explorando o leque de opções e sua relação custo–benefício, para não se frustrar no processo. Nem deixar de investir e crescer por falta de alternativas (SAURIN, 2004).

2.4 Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

2.4.1 A Proposta Inicial

O REUNI é um ambicioso programa de expansão e reestruturação do sistema federal de educação superior, parte integrante do PAC da Educação. Foi concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior, com um orçamento de cerca de R\$ 10 bilhões aplicados em cinco anos.

Inicialmente pretendeu-se permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas, com a finalidade precípua em diminuir as desigualdades sociais no País.

Este programa foi apresentado pelo Estado às universidades públicas brasileiras enfatizando a garantia do seu direito de escolha das IFES em relação à adesão ao programa, supostamente garantindo a elas sua autonomia, porém a instituição que não aderisse ficaria praticamente fora dos investimentos financeiros feitos via MEC.

As instituições federais de ensino superior (IFES) foram “convidadas” a uma maior otimização dos seus recursos humanos, “autorizadas” a algumas contratações e ampliações da infraestrutura, supostamente respeitando a autonomia das IFES, já

que estas tiveram a opção de aderir ou não aderir ao “Acordo de Metas” e estabelecer o “seu” plano de expansão para atingir as metas previstas.

Diversas IFES aderiram ao REUNI e apresentaram propostas comprometendo-se a alcançar, ao final do programa, taxa de conclusão de 90% e relação aluno/professor de 18/1. Convém registrar que o indicador da taxa de conclusão, sendo difícil o seu alcance e como média geral, incentiva o aproveitamento de vagas residuais por mobilidade interna ou externa, podendo, também incorporar estudantes de pós-graduação, obedecendo aos critérios de qualidade da CAPES.

O REUNI pretendeu avançar, ao apontar para o aumento das vagas nas universidades públicas e priorizar os cursos noturnos, atendendo, assim há mais estudantes da classe trabalhadora. Mas é um programa limitado e insuficiente para garantir a expansão estrutural do ensino superior brasileiro necessária para superar o enorme déficit existente, e apresenta diversos pontos polêmicos:

- Os processos de expansão estejam comprometidos com a manutenção e o aumento da qualidade do ensino superior, e que a oferta de recursos seja suficiente para este fim;
- A flexibilização curricular (os bacharelados interdisciplinares) não aponta para mudanças de fundo nas IFES;
- - O número de alunos por professor deve ser melhor debatida, pois, como se trata de uma média geral de cursos de natureza diferente, pode gerar situações de superlotação de salas de aula, uma condição contrária à busca por mais qualidade na Universidade.

Os projetos elaborados para o Programa REUNI são dotados por pontos fortes que consistem na identificação por parte do governo federal da necessidade de uma política de incentivo às Universidades Federais e de aporte de recursos financeiros, na tentativa de dar cumprimento a proposta, experiência inovadora e projeto pedagógico que visa incentivar a liberdade e autonomia da formação para constituir sujeitos criadores e inovadores, como a previsão de aumento de verbas e a expansão das vagas nos cursos noturnos.

O REUNI inaugura um modelo de crescimento da educação superior que, por um lado, respeita a autonomia universitária, acolhendo propostas específicas

elaboradas por cada uma das instituições participantes do programa. Por outro lado, pela primeira vez, aplicação de recursos de custeio, investimentos, modelagem pedagógica e contratação de docentes e servidores são feitos antes da expansão de atividades e de vagas.

Este Programa implica planejamento estratégico de atividades das IFES, obrigando-as a pensar o futuro de curto e médio prazo. Os apoios vinculam-se ao atendimento de metas pertinentes, supervisionado por sistemas de avaliação, representando um poderoso indutor de eficiência institucional e de qualificação pedagógica.

2.4.2 O REUNI pós-implantação

Os avanços alcançados nas universidades federais por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) vieram concretizar uma política de recuperação do Sistema Federal. Hoje, as instituições têm melhores condições, mais alunos, mais cursos noturnos, acompanhados de aumentos no quadro de docentes e técnicos administrativos, além das melhorias de infraestrutura.

Segundo Cristovam Buarque em matéria publicada na internet pela UNIVERSIA em 18 de março de 2008: “O REUNI é um bom projeto, mas daqui a dez anos vamos olhar para nosso Ensino Superior e ver que continuamos atrasados em relação a outros continentes e países que adotaram um novo modelo de universidade que realmente trará uma transformação social como é o caso da Europa e dos Estados Unidos, criando medidas que pretendem organizar o trabalho das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) quando na verdade deveria voltar os olhos para a educação como um todo para promover uma verdadeira transformação”.

Será necessária a continuidade de uma política de expansão das universidades federais, no sentido de oferecer respostas acadêmicas, políticas e estratégicas aos novos desafios do século XXI.

A operacionalização do REUNI, na prática, vem da época dos contratos de gestão, ensaiados desde os anos de 1990, condicionados a liberação de recursos a

metas de expansão como: redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; aumento do número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificação das modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação à distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivo a criação de um novo sistema de títulos; elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estímulo à mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (MANCEBO, 2010)

É necessário ainda registrar que o REUNI é um plano de adesão voluntária, e que cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por decisão do respectivo Conselho Universitário poderia aderir ou não ao mesmo.

Cada instituição que aderisse deveria elaborar um plano de metas com as ações que pretendia cumprir. Em contrapartida, as IFES receberiam recursos adicionais do governo federal via MEC condicionados ao cumprimento das metas acordadas.

Porém, há um limite neste repasse de verbas, referente a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial da adesão e no prazo de cinco anos, com a ressalva de que este financiamento está condicionado à capacidade orçamentária do MEC.

O temor de não ser contemplada com os investimentos prometidos pelo governo brasileiro, de acordo com as disponibilidades orçamentárias do Ministério da Educação, somado a questões políticas, dentre outras, fez com que a enorme maioria das universidades federais brasileiras aderisse ao Programa, incluindo a FUB, mesmo com a desconfiança e a mobilização contrária de grande parte das comunidades acadêmicas locais de cada uma destas instituições.

Para Clóvis Guterres em artigo publicado no Jornal A Razão de 13 de agosto de 2007, o propósito de “reestruturar e expandir” é uma tentativa de atingir as metas estabelecidas no PNE, Plano Nacional de Educação, de elevar o número de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, matriculados no ensino superior, de 9% para 30%, um dos índices mais baixos da América Latina.

2.4.3 Limitações e fragilidades do REUNI

A compreensão desse projeto por parte das Universidades Federais ocorreu de forma diferenciada:

- A participação de algumas Universidades nesse projeto foi distinta e muito anterior ao envolvimento de outras universidades.
- O envolvimento tardio das IFES não possibilitou uma discussão mais ampla e profunda quanto aos objetivos do projeto.
- As primeiras discussões sobre esse projeto foram conduzidas pela Administração Central tiveram como principal foco, a EXPANSÃO de vagas e de cursos.
- A reestruturação propriamente dita ficou comprometida, Experiência inovadora e projeto pedagógico que visa incentivar a liberdade e autonomia da formação para constituir sujeitos criadores e inovadores.
- O atendimento a uma demanda por formação superior que não estava sendo atendida no Brasil.
- Falta de interesse federal para ampliar as medidas restritas às universidades para todo o sistema de ensino, como o Ensino Básico e Ensino Médio, a fim de favorecer o acesso ao Ensino Superior.
- Lentidão com o que governo se dirige a um novo modelo de educação que visam reformular a universidade para formar cidadãos mais críticos e com visão de mundo, em detrimento de profissionais que apenas buscam mais um lugar ao sol no mercado de trabalho.
- O REUNI como uma possibilidade de resolver problemas de ordem administrativa das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). não o consideram suficiente para transformar a educação da maneira necessária para a evolução do País.
- Descompasso entre a adesão ao REUNI e a reorganização da gestão administrativa das IFES (falta de uma visão planejada e sistêmica de gestão) prejudicou a viabilização das condições necessárias para manutenção e ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público com os recursos disponibilizados pelo governo.

- Toda e qualquer política que não considere as especificidades dos cursos e das áreas de conhecimento pode comprometer a formação dos nossos acadêmicos e os padrões de qualidade de ensino aceitáveis; aprofundar a precarização do trabalho docente e principalmente em sua concepção ferir a autonomia universitária ao impor padrões pedagógicos que são da competência das Universidades.

O programa REUNI definiu uma expansão de vagas nas universidades federais, desconsiderando os déficits anteriormente acumulados nos orçamentos de custeio e pessoal. Segundo dados de Amaral (2003), só entre 1995 e 2002, os recursos de custeio, excluídos os benefícios aos trabalhadores e o pagamento de substitutos, haviam se reduzido em 62%, padrão que no período posterior não foi repostos.

As reestruturações acadêmico-curriculares dentro do REUNI tem acontecido com diferentes ritmos e compreensões. Em janeiro de 2010 a ANDIFES publicou o Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Nesse relatório são repassadas as informações enviadas pelas universidades sobre os avanços realizados nos vários aspectos do programa.

No que tange as reestruturações acadêmico-curriculares, 45 das 53 universidades que aderiram ao REUNI, até aquela data, ou seja, 85%, afirmaram terem inovações em curso. Apesar de todas as universidades estarem adequadas ao discurso, pregando flexibilização e mobilidade, os graus de mudança são distintos, refletindo inclusive as diferenças de ponto de partida.

A maioria das universidades tem caminhado para um novo modelo por meio, até o momento, da criação de cursos interdisciplinares, em alguns casos dirigidos por várias unidades acadêmicas e centros setoriais. Algumas começaram a implementar ciclos básicos de 3 semestres comuns a todos os cursos. Mas também chama atenção como 17 universidades declaram como inovações curriculares apenas mudanças muito pontuais na estrutura dos currículos, na estrutura administrativa e na mobilidade interna dos estudantes. Inovações a introdução do EAD parcial para o ensino presencial e políticas de bolsas para estudantes de pós-

graduação exercem atividades de ensino, que deveriam ser ministradas por docentes, como inovações importantes.

As autorizações para contratação de docentes para expansão das universidades, que expandiria, portanto, o banco, passa a ser expressa na unidade professor-equivalente, cabendo às universidades a definição sobre os regimes de trabalho dos concursos e contratos, dentro desse limite. Até pela sua proximidade, fica claro que o banco de professores-equivalente é uma medida complementar à lógica de expansão determinada pelo REUNI.

A reestruturação e expansão operada pelo REUNI resulta, assim, na intensificação do trabalho docente em sua dupla face na graduação: o aumento do número de alunos em cada sala, somado ao aumento do número de cursos e da relação professor/aluno, está conformando a figura do “professor do ensino terciário”, aquele que - pela quantidade de trabalho na graduação - não desenvolve ou desenvolve com muitas limitações um projeto de pesquisa e/ou extensão; um professor que não publica ou publica “pouco” (segundo as exigências da CAPES e do CNPq), pois não tem tempo para escrever; que não participa de eventos científicos nacionais e/ou internacionais porque não tem verba pública disponibilizada para garantir esta participação (LIMA, 2007).

Silva Júnior et al (2010) apontam ainda que a atividade imaterial, como a exercida pelos docentes, caracteriza-se pelo limite pouco perceptível, sobretudo quando é um trabalho super qualificado que dá prazer ao trabalhador.

Esse elemento, associado ao enfraquecimento das organizações de classe e a retórica de adesão típica da reestruturação produtiva levam a um excesso de trabalho que pode significar um aumento da incidência de doenças mentais ou somáticas na categoria.

No ensino médio que ocorre o maior estrangulamento na progressão ao ensino superior, já que grande parte dos estudantes não se forma nesse nível. Outro problema é o enorme número de vagas privadas ficam ociosas porque os estudantes pobres não podem pagar suas mensalidades.

Todos esses dados colocam a nu que as necessidades postas para uma mudança no ensino superior brasileiro que supere a marca da privatização e se

amplie, de acordo com a meta prevista no PNE, não será garantida sem uma ampliação radical de recursos públicos, concursos públicos e garantia de mecanismos públicos de gestão, o que o REUNI ainda não garante.

Os recursos do REUNI seriam suficientes para resolver os problemas históricos das universidades e garantir uma expansão com qualidade? Independente das situações particulares das universidades é importante reafirmar que um incremento de 20% no orçamento de custeio para uma expansão de estudantes que pode chegar a mais de 100% é, na prática, não uma ampliação de recursos, mas, ao contrário, uma redução do orçamento de custeio por estudante. A ampliação de pessoal é também, como anteriormente analisada, na prática, uma redução, já que vai se ampliar o número de estudantes por professor.

Portanto, ainda que haja uma ampliação absoluta dos recursos, há uma redução relativa dada a expansão de vagas e de cursos exigida pelo REUNI, sem contar que ao se investir em ampliação de infra estrutura física, as IFES dependem de orçamento para financiar a manutenção básica das novas instalações com a execução de despesas de água, luz, telefone, limpeza, vigilância, bem como de outras despesas com manutenção básica de custeio.

A análise do REUNI, que fez o papel de uma Reforma Universitária “velada”, pois não foi admitido como tal, sua expansão desordenada ocasionou a criação de cursos sem maiores reflexões e análises dificultando a vida de alunos e professores, por falta de infraestrutura.

2.5 O REUNI na Universidade de Brasília

De acordo com o documento publicado pelo DEG, “REUNI” - Plano de Reestruturação e Expansão – Universidade de Brasília que trata da implantação do Programa REUNI na Universidade de Brasília, em que a UnB assinou o Acordo de Metas com o Ministério da Educação para adesão a este programa em 13 de março de 2008, esta adesão deveria ter sido pactuada no exercício de 2007.

Isto não aconteceu em 2007, segundo a UnB, em função da situação dramática vivenciada, naquela época, culminando na ocupação do prédio da Reitoria pelos estudantes e a demissão de toda a Administração Superior e sendo retomadas

as suas ações pela Reitoria pró tempore, encarregada de sanear e corrigir os problemas anteriores com a finalidade precípua em recolocar a Instituição no andamento de suas atividades.

Desta forma, o Acordo de Metas foi reformulado e retomou o processo democrático de decisões, com discussões entre os diversos segmentos da Universidade com a aprovação final pelo CONSUNI.

As metas gerais e as estratégias para alcançar as metas estabelecidas no projeto da UnB para o Programa REUNI foram destacadas no Acordo pactuado:

- Criação de novos cursos e expansão dos já existentes, com ênfase para cursos noturnos.
- Abertura de novos cursos com perfis interdisciplinares entre os diversos departamentos.
- Reestruturação pedagógica.
- Criação de mobilidade inter e intra institucional.
- Criação de políticas de fortalecimento institucional.
- Redução da evasão.
- Ampliação da inclusão social.
- Fortalecimento das licenciaturas.

Ao Decanato de Ensino de Graduação da FUB coube a responsabilidade em gerenciar/coordenar os trabalhos no sentido de honrar os compromissos já assumidos pela Instituição junto ao MEC, de acordo com o documento publicado. Ações foram empreendidas na definição de estratégias para o alcance das metas traçadas:

- Elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional, balizador das demais estratégias.
- Fortalecimento das unidades acadêmicas na readequação de espaços físicos (obras e reformas); aquisição de novos equipamentos, ampliação do quadro docente e de servidores técnicos administrativos, reavaliação

das práticas pedagógicas, aproximação entre a pós-graduação e a graduação e incremento do apoio técnico administrativo.

- Melhoria dos serviços no fortalecimento na contratação de servidores técnico administrativos e aquisição de equipamentos para os órgãos e centros complementares, construção do restaurante universitário e moradia estudantil, modernização da Biblioteca e reformas, ampliação e readequação de espaços físicos para a administração da FUB.
- Reestruturação no fortalecimento dos cursos de Licenciatura, com oferta de disciplinas da área de educação nos ciclos básicos. Em função disso, se tornou necessária a reformulação destes documentos tão importantes para a organização administrativa, pedagógica, financeira, dentre outros aspectos da Universidade.
- Reaproveitamento de vagas ociosas. Redefinidas normas para a reocupação de vagas ociosas voltadas para a mudança de curso, transferência facultativa, flexibilização da equivalência entre disciplinas de diferentes cursos e flexibilização dos editais internos de duplo curso, dupla habilitação e de mudança de curso.
- Criação de mobilidade para possibilitar o incremento de ações quanto aos entraves burocráticos, com flexibilização da normatização curricular e intercâmbio entre os diversos segmentos relacionados aos temas relacionados à assistência estudantil.
- Ampliação da inclusão social para estudantes quanto a divulgação dos cursos e programas oferecidos, apoio à permanência estudantil, moradia estudantil, programas de extensão integrados com o ensino e pesquisa, acesso e permanência aos estudantes das escolas públicas e ações afirmativas.

Foi constituída na universidade comissão que teve a incumbência de estruturar a proposta de coordenação e acompanhamento das ações a serem empreendidas, sendo o Decanato de Ensino de Graduação o gerenciador da execução de tais ações.

2.5.1 Obras e Reformas

As obras e reformas foram o carro forte dos projetos elaborados pela UnB para atender as metas traçadas no REUNI. Abaixo são listadas as obras já executadas e/ou que vem sendo executadas de acordo com o término dos projetos e licitações pelo Centro de Planejamento – CEPLAN da UnB, conforme relatório daquele Centro:

- Obra no Campus da Faculdade UnB Gama - prédio destinado à Unidade de Ensino e Docência – UED, localizada no Complexo de Educação, Cultura e Lazer – CECEL, Lote 1, Setor Leste, Gama/DF, no valor contratado de R\$ 6.955.541,34.
- Obras no Campus Darcy Ribeiro - CIC/EST - LOTE 1 , destinada à Unidade de Ensino e Docência – UED e LOTE 2, destinada ao Departamento de Ciências da Computação, nos valores contratados de R\$ 6.727.849,56 e R\$ 6.700.821,80.
- Obra de construção do Bloco de Salas de Aula, realizada em duas etapas, sendo: execução de fundações e estrutura e remanejamento da via de acesso e a construção do bloco, nos valores contratados de R\$ 3.846.494,04, R\$ 523.405,38, R\$ 7.240.308,95, R\$ 348.013,04 e R\$ 206.815,33.
- Obra de construção de três prédios (módulos) destinados a atividades e serviços comunitários, denominados MASC (centro, sul e norte) no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 4.069.900,00.
- Obra de construção de um prédio denominado Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos – MESP localizado no Campus da Faculdade de Ceilândia da UnB, no valor contratado de R\$ 1.662.104,64.
- Obra de construção do prédio destinado ao Instituto de Ciência Política e ao Instituto de Relações Internacionais, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 7.911.080,00.
- Obra de reforma do Laboratório de Microscopia do Instituto de Geociências, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 398.756,15.

- Obra de construção do prédio destinado ao Instituto de Ciências Sociais, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 7.794.833,05.
- Obra de construção da primeira etapa do prédio destinado ao Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos – CAEP, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 1.645.452,50.
- Obra de reforma do bloco A da Faculdade de Tecnologia, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 236.181,27.
- Obra de reforma destinada a adequação do espaço físico do Instituto de Letras, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 1.913.976,88.
- Obra de reforma e ampliação do posto avançado da Secretaria de Administração Acadêmica, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 45.183,06.
- Obra de reforma dos Anfiteatros 04, 10, 11 e 17 localizados no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 1.048.445,77.
- Obra de reforma dos sanitários da Biblioteca Central localizada no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 292.179,01.
- Obra de construção da primeira etapa do prédio destinado a Unidade de Laboratório de Ensino e Graduação da Faculdade de Saúde, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 1.881.718,35.
- Obra de construção da primeira etapa do prédio destinado a Unidade de Laboratório de Ensino e Graduação da Faculdade de Tecnologia, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 1.825.272,59.
- Obra de construção do prédio do Departamento de Engenharia Florestal da FT, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 7.373.383,84.
- Obra de reforma do Auditório Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito, localizado no Campus Darcy Ribeiro, no valor contratado de R\$ 440.653,21.

As obras que foram planejadas pela Administração não foram seguidas à risca na sua execução, em função de enfrentamento de obstáculos, seja por dificuldades na idealização de projeto compatível com as normas de arquitetura, nos processos licitatórios que exijam informações adicionais, ou por descumprimento de contrato por parte da empresa responsável pela obra.

Foram criados na UnB cursos no âmbito do Programa REUNI de 2008 a 2012, e que exigiu da Administração o planejamento de funcionamento de tais cursos, pois as obras de acréscimos de espaços adequados não foram plenamente satisfatórias para a acomodação dos alunos.

Além disso, o programa REUNI estabeleceu no plano de metas o incremento de vagas para as Unidades Acadêmicas.

2.5.2 Aquisições de Equipamentos

De acordo com o documento elaborado pelo DEG, Uma parte dos recursos de investimento do programa REUNI/UnB tem sido utilizada para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento às necessidades administrativas da Universidade e acadêmicas dos Institutos e Faculdades que aumentaram vagas discentes ou criaram cursos de graduação.

Os equipamentos adquiridos no período decorreram do critério de R\$ 5.000 por vaga nova aberta, conforme projeto do REUNI aprovado pelo CONSUNI, além de autorizações de aquisições de equipamentos de laboratório em 2009, 2010 e 2011. Seguindo deliberação da Comissão Permanente do REUNI, a destinação dos recursos recebidos pelas unidades acadêmicas foi aprovada nos respectivos colegiados de cursos de graduação.

A fim de contribuir para o fortalecimento da Biblioteca Central da UnB, conforme diretriz aprovada pelo CONSUNI para o REUNI-UnB foi realizada aquisições visando à modernização da Biblioteca Central da UnB.

Diversos Veículos foram adquiridos pela Prefeitura da UnB para atendimento à toda comunidade.

Os equipamentos adquiridos estão resumidos abaixo e detalhados nos relatórios da Comissão Permanente do REUNI, elaborado pelo DEG.

EQUIPAMENTOS	
CATEGORIA	Valor (R\$)
2008	
Informática	1.076.091,25
Veículos	1.887.736,10
Subtotal 2008	2.963.827,35
2009	
Aparelhos de Medição e Orientação	146.619,38
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.469,00
Aparelhos e Equipamentos Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratórios e Hospitalares	1.429.591,07
Aparelhos e Utensílios Domésticos	275.682,86
Coleções e Materiais Bibliográficos	724.082,97
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	113.040,00
Instrumentos Musicais e Artísticos	66.556,11
Máquinas e Equipamentos Energéticos	235.471,00
Máquinas e Equipamentos Gráficos	84.010,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	581.402,50
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	4.136,94
Equipamentos de Processamento de Dados	4.642.076,61
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	5.844,13
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.034,50
Mobiliário em Geral	3.288.843,46
Subtotal 2009	11.600.860,53
2010	
Equipamentos de Informática	1.035.956,48
Mobiliário	1.669.192,59
Utensílios Domésticos	121.730,98
Audiovisual	75.958,57

Laboratório	1.156.833,60
Veículos automotivos	1.379.298,23
Subtotal 2010	5.438.940,85
Janeiro a junho/11	
Equipamentos de Informática	768.852,57
Mobiliário	163.904,00
Utensílios Domésticos	44.460,96
Laboratório	1.800.725,30
Audiovisual	171.585,40
Livros	16.384,08
Subtotal até junho/2011	2.965.912,31
TOTAL	22.969.541,04

2.5.3 Programa de Bolsas para estudantes de graduação

A finalidade do Programa é apoiar o ensino de graduação e contribuir para a reestruturação acadêmica da Universidade, mediante os seguintes objetivos:

- Incentivar práticas pedagógicas inovadoras;
- Melhorar os índices de rendimento de estudantes;
- Contribuir para redução do tempo de permanência (retenção) e de evasão estudantil nos cursos de graduação;
- Contribuir para a reestruturação dos cursos de graduação;
- Contribuir para a formação de docentes para o ensino básico e superior.

2.5.4 Programa de Bolsas para estudantes de pós-graduação

De acordo com o documento lançado pelo DEG, o Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino da UnB, de acordo com o Projeto REUNI-UnB aprovado pelo CONSUNI em 04 de julho de 2008, com as normas da CAPES para concessão de bolsas de pós-graduação e com a Resolução 98/2010 do CEPE, de 18/06/2010, tem como finalidade compor um programa que:

- Integre graduação e pós-graduação;
- Incentive práticas pedagógicas inovadoras;
- Melhore os índices de rendimento de estudantes, contribuindo para redução do tempo de permanência (retenção) e de evasão estudantil nos cursos de graduação;
- Contribua para a reestruturação dos cursos de graduação; e
- Contribua para a formação de docentes para o ensino superior.
- As atividades realizadas pelos bolsistas de Mestrado/Doutorado situam-se dentro dos seguintes objetivos:
 - Atendimento a estudantes de disciplinas com elevado número de estudantes matriculados por turma e/ou com alto índice de reprovação, trabalhando junto com o(s) docente(s) da(s) disciplina(s), ainda que este(s) pertença(m) a outra unidade acadêmica;
 - Atendimento a cursos com alto índice de evasão;
 - Atendimento a disciplinas básicas de nivelamento oferecidas a estudantes indígenas ou apoio ao desenvolvimento de projetos por esses estudantes;
 - Atendimento a cursos de licenciatura que estão realizando reformulação curricular, oferecendo apoio às práticas pedagógicas;
 - Atendimento a cursos que estão realizando reestruturação ou reforma curricular, oferecendo atividades que incluam o corpo discente na discussão do projeto político-pedagógico do curso;
 - Atendimento a estudantes de disciplinas básicas de cursos de graduação participantes do REUNI;
 - Atividades de orientação acadêmica e profissional, que visem a dar apoio ao trabalho do Serviço de Orientação Universitária da Diretoria de Apoio e Integração Acadêmica (SOU/DAIA);
 - Atividades inovadoras de apoio a estudantes em risco de desligamento;
 - Apoio ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e de materiais didáticos.

2.5.5 Programa de Tutoria para Disciplinas Iniciais das áreas de Matemática, Física e Química.

Foi lançado pelo DEG o programa de tutoria para atender aos alunos com dificuldades em levar adiante disciplinas da área de ciências exatas, especificamente para as áreas de matemática, física, biologia e química, com a finalidade em evitar o elevado índice de reprovação.

O Programa destina-se a atender disciplinas iniciais em Matemática, Química e Física de cursos de graduação da UnB e visa a apoiar a criação de grupos de estudantes de graduação e/ou pós-graduação (grupos tutoriais), sob a coordenação de um professor.

Os principais objetivos são:

1. Melhorar os índices de rendimento de estudantes, sobretudo daqueles recém-ingressados na UnB, contribuindo para reverter o elevado quadro de reprovações nas disciplinas básicas, reduzindo o tempo de permanência (retenção) e a evasão estudantil nos cursos de graduação;
2. Incentivar práticas pedagógicas inovadoras, fundamentadas em diagnósticos sobre a situação das disciplinas básicas;
3. Integrar graduação e pós-graduação;
4. Contribuir para a formação de docentes para o ensino superior.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Análises do Impacto sobre a Gestão Administrativa

O programa REUNI causou impacto na UnB, principalmente na questão de infraestrutura física. Nesse contexto a UnB deu prioridade total para a consolidação, nas obras físicas, nas contratações de professores e técnicos e avaliação contínua das fragilidades e potencialidades do projeto pedagógico, o que representam para a qualidade de ensino e para os professores ministrando aulas com turmas de 200 a 250 alunos em determinadas disciplinas.

O número de alunos matriculados, tanto da graduação e pós-graduação expandiu da ordem de 54,44%, no período de 2006 a 2012. O crescimento gerou transtorno quanto à acomodação correta dos estudantes, em função da não conclusão das obras e instalações físicas, dificultando seriamente a manutenção de suas atividades, não só em termos de espaço físico, como também no aumento do déficit financeiro e orçamentário devido ao crescimento da Universidade.

Com a extinção de vagas dos cargos de técnico-administrativo das classes A, B, C, antigo grupo de nível de apoio, a situação vem se agravando ano a ano e com a aposentadoria dos servidores que ainda se encontravam nesses cargos, as atividades foram se avolumando, ocasionando prejuízo na continuidade dos trabalhos de apoio.

Com a ampliação da UnB, o aumento de alunos e cursos, bem como das aposentadorias, sem autorização para reposição das vagas desocupadas, sem incorporação de novas tecnologias e sem permissão para contratação de mão de obra especializada ou a criação de cargos para atender essa situação, como no caso da informática, geram problemas e que engessam a Universidade.

Na manutenção da extinção dos cargos é necessário apontar um caminho para solucionar as atividades dos cargos extintos. Essa solução inclui prever no orçamento o recurso para a terceirização.

Os planos das carreiras docente e dos servidores técnicos administrativos em educação, ainda que bem estruturados tenha um grande problema: a tabela de vencimentos defasada. Em função dessa situação, as instituições federais de ensino

têm perdido excelentes profissionais para outras carreiras públicas e para a iniciativa privada.

O esforço despendido na realização de um concurso público para essa categoria é frustrante para o gestor quando não aparecem candidatos; quando se confirma o baixo nível dos candidatos interessados ou quando, após a nomeação, ocorre apenas uma rápida passagem pela instituição. Não há como reter essa mão de obra qualificada. Diante desse cenário, a UnB não consegue mais formar grupos técnicos, e a situação atual é de um fosso qualitativo enorme entre os poucos que ingressam e os que ainda permanecem.

A carreira docente não estabelece remuneração melhor. Comparativamente há grande diferença entre a remuneração das carreiras de controle, planejamento e a do magistério superior. O profissional dessa carreira tem de ser altamente qualificado e dedicar-se exclusivamente à instituição para obter remuneração razoável pelo exercício do magistério.

Se já é um desafio para a área de pessoal da UnB conseguir novos profissionais qualificados por meio de concurso público; para a gestão dos profissionais que estão na ativa não é mais fácil. Os servidores são atormentados pelas preocupações com as determinações constantes para cortes nos salários de ganhos econômicos arbitrados através da justiça que têm criado instabilidade, insegurança e ausência de credibilidade nos gestores, tornando cada vez mais difícil a relação entre os técnicos que obtiveram estes ganhos de forma lícita, as remunerações são diferenciadas para os servidores que executam a mesma tarefa e chegam há mais de 50% de diferenciações.

A obtenção de informações acerca dos orçamentos das Instituições Federais é muito difícil e trabalhosa, sendo necessária a compilação manual dos recursos destinados a cada uma delas.

Cabe à União o financiamento das universidades federais. A União participa com apenas 22,3% do conjunto das verbas que financiam a educação no país. Como os gastos com o ensino superior, incluída, a pós-graduação, representam cerca de 56% das verbas da União para a educação, os gastos com as universidades federais significam apenas 12,48% dos gastos totais com a educação, consideradas as três esferas de poder.

A proposta do orçamento da União precisa, após ser aprovada pelo Congresso Nacional distribuir os recursos previstos no orçamento para a Educação, em quatro eixos de atuação da pasta: educação básica, educação profissional, educação superior e alfabetização. Essa é a meta do Ministério da Educação (MEC), e há algum tempo, o MEC trabalha com uma visão sistêmica da educação. O projeto de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica também recebeu incremento de quase R\$ 1 bilhão.

O episódio na UnB serve de argumento para Cristovam Buarque em artigo publicado pela internet na UNIVERSIA em 18 de março de 2008, na defesa das mudanças que ele propõe na universidade. “Tem muito professor universitário - principalmente de esquerda - que quer mudar o mundo, mas não começa pela própria universidade”. E quando tem a oportunidade, ele se nega a transformar a realidade onde vive. Hoje, os professores pensam que só falta dinheiro e isso não é verdade. Verdade, sim, que o professor universitário faz milagre com os poucos recursos que têm.

As transformações segundo Cristovam Buarque se refere às mudanças no ingresso à universidade com o fim do vestibular e a inclusão do PAS (Programa de Avaliação Seriada), como já existe na UnB, para dar mais chance ao estudante de escola pública ter acesso ao Ensino Superior. Elas incluem ainda a reforma nos currículos; mudanças na concepção de que os cursos precisam ter uma duração fixa já que, para ele, cada estudante tem um tempo para se formar; a inclusão de mais aulas à distância (mesmo em cursos presenciais); e a substituição de um diploma permanente pelo diploma provisório, a fim de estimular que o aluno continue sempre a estudar.

Tais mudanças serviriam também como medida para reduzir a evasão, porque propõem um novo conceito de educação. Segundo ele, mais do que medidas alternativas como o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) promovido pelo governo federal e que concede verba para alimentação, moradia além de bolsas permanência para alunos carentes das IFES permitiriam que o estudante ingressasse no Ensino Superior mais preparado e com um novo conceito de Educação. “O PNAES é excelente porque garante que parte dos excluídos tenha condições de se manter na universidade”.

3.2 Análises do Impacto sobre a Gestão Financeira

Especificamente para a UnB em 2008, após ter vivenciado situação de crise em 2007 pela ocupação de estudantes na Reitoria e demissão de toda a Administração Superior. Os principais problemas da efetiva implementação do Programa REUNI foram a falta de condições físicas e de pessoas para o pleno desempenho das atividades, consequência das dificuldades políticas externas às IFES, mas principalmente a falta de uma reorganização interna da gestão administrativa de forma a acompanhar as demandas da expansão, como a tomada de decisão institucional de redimensionar com urgência os setores de elaboração de projetos, licitações e compras.

Para tanto, foi essencial envolver a comunidade nas mudanças, apresentando os diagnósticos institucionais existentes, propor soluções e em conjunto definir as mudanças necessárias. Dar maior agilidade ao processo de contratações e definir critérios claros para distribuição de vagas de professores foi um dos desafios. Utilizar os dados dos projetos pedagógicos REUNI aprovados na Câmara de Ensino para definir as necessidades e prioridades de contratações de professores e técnicos e acompanhando este processo uma ação mais proativa junto ao governo para contratação de professores para cursos com características REUNI.

A Fundação Universidade de Brasília vivencia dramática situação e caminha para melhor redirecionar a instituição no sentido de melhor dotar o seu planejamento voltado para a excelência do ensino, pesquisa e extensão. Os percalços são inúmeros, tanto na questão de obtenção de financiamento do governo federal para manter a instituição, quanto na obtenção de recursos humanos qualificados para exercerem as atividades em suas ações propostas, e que vem agravando a cada dia colocando em cheque a qualidade dos trabalhos realizados, notadamente para as atividades de gestão da instituição, que passa por uma crise, e vem exigindo esforço da Administração na superação de obstáculos quanto a intensa rotatividade de servidores.

A obtenção de orçamento para atendimento básico de suas atividades é deficitário, o crescimento físico da população acadêmica se deu de forma drástica, o número de alunos teve incremento substancial partindo de 21.000 alunos em 2007 para 43.000 em 2012, apesar de a UnB ter recebido créditos adicionais do REUNI, a

melhoria da infraestrutura de obras e reformas, foi acontecendo de forma concomitante gerando transtorno quanto a ocupação de salas de aula. A quantidade de obras projetadas e financiadas pelo REUNI preocupa a UnB em função de não ter recursos suficientes para manter tais edificações com despesas extras para pagamento de tarifas com água e esgoto, energia elétrica, telefonia, contratação de empresas terceirizadas para atendimento com limpeza das instalações, vigilância e segurança, e outras despesas básicas necessárias para atendimento à sua atividade fim.

A fonte de recursos do Tesouro constitui a fonte mais significativa para a UnB, pois, por meio dela são disponibilizados recursos para despesas do Grupo de Pessoal e Encargos Sociais, recursos de Outras Despesas Correntes (ODC) e Capital – também chamados de OCC – destinados à manutenção básica das Instituições, e, a partir do exercício de 2008 os créditos orçamentários foram fortalecidos em seu orçamento com o advento do Programa REUNI.

Para o caso do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, ocorreram contratações de pessoal através de concursos públicos, sendo que a maior parte dessas contratações atenderam as necessidades da carreira docentes tendo em vista o incremento forte do número de alunos e o aumento de cursos noturnos na Universidade devido ao REUNI. As contratações para a carreira de técnico administrativo também ocorreram, só que em número insuficiente para atender a extrema demanda da Universidade.

No quadro abaixo é apresentada a evolução das despesas do grupo de pessoal. Se for analisada a variação ocorrida no período de 2008 a 2012, verifica-se que houve incremento da despesa em 78%, referente ao período de incremento do Programa REUNI. O percentual de aumento não demonstra a situação ideal, pois os valores contemplam também aumento do número de aposentados e pensionistas e que desvirtua o sentido de se ter elevado o número de contratados.

Tabela 1 - Grupo de Despesa: Pessoal Ativo e Inativo e Encargos Sociais (2006 a 2012)

R\$ 1,00

EMPENHO LIQUIDADO TOTAL						
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
380.985.751,60	454.867.664,40	448.722.083,58	541.343.018,33	665.487.532,39	748.380.982,92	814.134.011,05
	19,39%	-1,35%	20,64%	22,93%	12,45%	8,79%

Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Nota: valores nominais

Observando os itens básicos de custeio/investimento da UnB, pela Tabela 2, quanto à evolução da execução da despesa nos exercícios de 2006 a 2012, os dados demonstram que os recursos do tesouro não foram suficientes no atendimento pleno de suas necessidades básicas. Há que se ressaltar que tais despesas são complementadas com recursos próprios da UnB com receitas originárias de projetos diversos, receitas imobiliárias, receita oriunda de concursos realizados pelo CESPE, dentre outras.

No que concerne à fonte de recursos oriunda de destaques, esses recursos são originários de termos de cooperação com outros órgãos federais para realização de projetos de interesse mútuo, não concorrendo tais recursos para pagamento de despesas gerais da UnB. Outro ponto que deve ser ressaltado é que o Programa REUNI não havia ainda sido implementado nos exercícios de 2006 e 2007.

Ao cruzar os dados vinculados ao crescimento de ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão da Universidade, quanto aos números de cursos ofertados, de alunos, de vagas ofertadas, de matrículas efetuadas, quantitativo de servidores docente e técnico administrativo, frente a execução das despesas visando garantir a manutenção de suas atividades, bem como dos recursos que foram assegurados pelo REUNI para cumprir o acordo de metas no sentido da expansão das atividades fins da UnB, pode-se afirmar que, conforme apresentado nas planilhas abaixo, houve crescimento e representa, de alguma forma um avanço moderado, dentro de suas potencialidades para garantir, a duras penas, o seu financiamento e funcionamento.

Há que se destacar também o baixo percentual de aplicação de recursos próprios na aplicação de despesas do grupo de investimento, demonstrando

claramente do não financiamento pela fonte de recursos do tesouro nas despesas básicas da Universidade.

Tabela 2 - Despesas executadas pela FUB – 2006 a 2012

R\$ 1,00

	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Destaques	Recursos Reuni
2006	181.339.949,23	61.547.843,54	140.900.960,60	-
2007	243.175.476,03	63.478.693,48	214.682.471,46	-
2008	292.584.181,42	88.430.712,16	116.717.665,08	15.839.739,49
2009	297.032.973,39	146.765.273,10	123.417.007,63	44.901.171,96
2010	350.374.356,25	110.190.422,96	128.463.357,96	43.326.575,60
2011	248.211.122,69	222.243.680,44	150.756.698,18	38.486.747,58
2012	302.073.974,52	217.560.049,95	167.720.573,60	26.397.639,32
Total	1.914.792.033,53	910.216.675,63	1.042.658.734,51	168.951.873,95

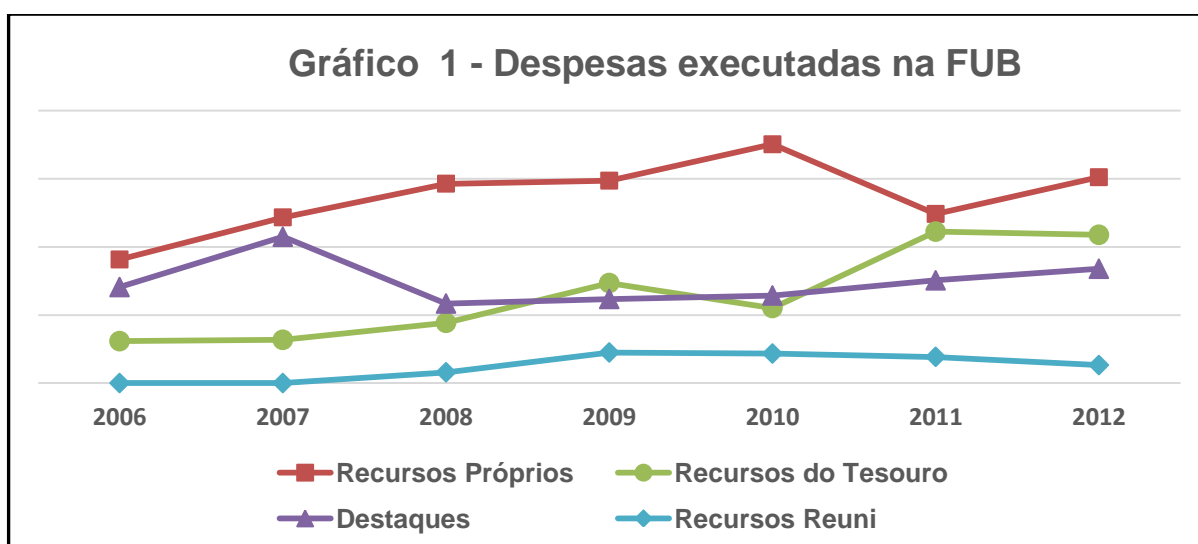
Fonte: SIAFI

Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

Para uma melhor compreensão e visualização da tabela acima, abaixo é representado através de um gráfico, as despesas executadas pela Universidade de Brasília no período compreendido entre 2006 e 2012.

Gráfico 1 - Despesas Executadas pela FUB entre 2006 e 2012



Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Em seguida será analisado o impacto financeiro do REUNI sobre a UnB, ano a ano, de 2006 a 2012.

As despesas executadas pela Universidade de Brasília em exercícios financeiros anteriores e em exercícios em que a UnB recebeu dotações orçamentárias para implementação do Programa REUNI, são projetadas abaixo, com a finalidade em demonstrar as variações quanto ao crescimento, seja pelo incremento de ações que foram realizadas de acordo com o plano de metas submetido e aprovado pelo Ministério da Educação, seja pelas necessidades prementes de se obter a ampliação de recursos orçamentários para enfrentar os desafios.

Vale ressaltar que em todas as fontes de financiamento fica evidenciada a execução das despesas de custeio, com destaque ao atendimento com despesas de apoio administrativo, que superou todos os outros itens de gastos, com exceção do item “outras despesas de custeios”, sendo que para a fonte de recursos próprios se refere a despesa basicamente com pagamento de despesas com outros projetos, tais como: despesas da EDU, CDT, CEFTRU, e, principalmente com as despesas executadas pelo CESPE.

Tabela 3 - Despesas executadas pela UnB – 2006

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS					
Exercício	2006				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	2.065.420,45	3.405.564,51	465.216,22	-	5.936.201,18
Apoio Administrativo	69.632.603,16	4.909.362,87	39.368.377,88	-	113.910.343,91
Benefícios p/ servidor	-	12.130.663,98	-	-	12.130.663,98
Diárias	2.270.016,54	390.727,85	809.094,94	-	3.469.839,33
Energia Elétrica	2.335.319,42	2.815.410,00	496.310,67	-	5.647.040,09
Limpeza e Conservação	5.811.656,83	7.394.414,31	300.982,42	-	13.507.053,56
Locação de Imóveis	3.746.803,98	34.767,80	41.122,10	-	3.822.693,88
Locação de Veículos	403.504,87	88.596,31	749.106,74	-	1.241.207,92
Manut. Conserv. Bens Imóveis	1.171.813,95	841.658,44	1.335.473,15	-	3.348.945,54
Material de Consumo	10.039.537,96	2.878.830,23	11.375.063,23	-	24.293.431,42
Outras despesas de custeios	43.959.965,36	14.872.878,71	79.311.790,00	-	138.144.634,07
Passagens e Locomoção	4.931.830,82	552.282,60	1.789.792,05	-	7.273.905,47
Processamento de Dados	1.476.721,32	73.261,94	98.230,19	-	1.648.213,45
Telecomunicações	3.087.490,34	2.022.614,22	334.673,47	-	5.444.778,03
Vigilância	639.323,41	1.136.809,77	156.870,23	-	1.933.003,41
Total do grupo de custeio	151.572.008,41	53.547.843,54	136.632.103,29	-	341.751.955,24
Obras e Instalações	23.243.633,20	-	8.000,00	-	23.251.633,20
Equipamento e Mat. Perm.	6.505.176,08	-	3.010.415,31	-	9.515.591,39
Outros investimentos	19.131,54	8.000.000,00	1.250.442,00	-	9.269.573,54
Total do grupo de investimento	29.767.940,82	8.000.000,00	4.268.857,31	-	42.036.798,13
Total geral	181.339.949,23	61.547.843,54	140.900.960,60	-	383.788.753,37
%	47%	16%	37%	0%	100%

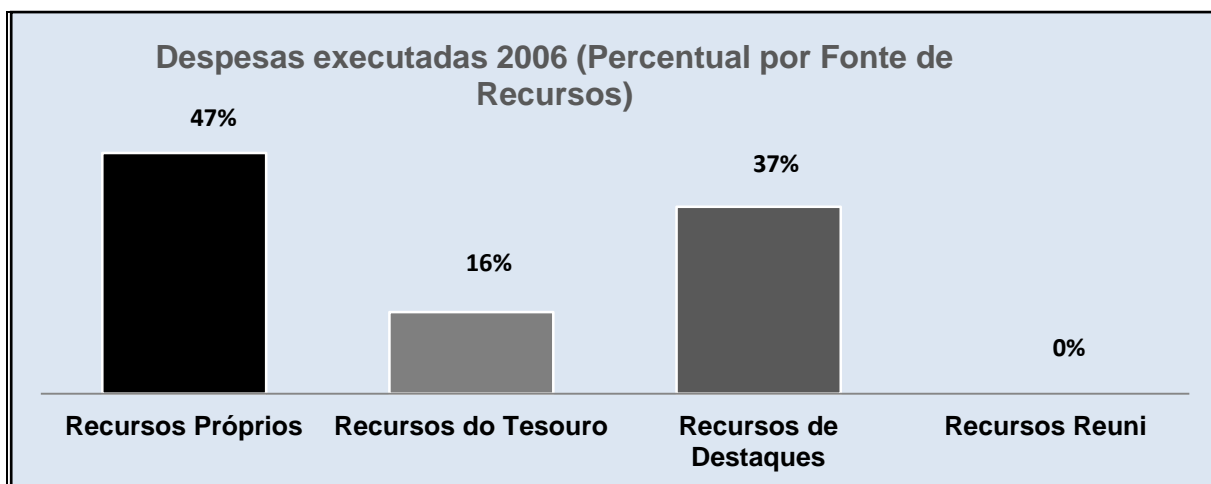
Fonte: SIAFI

Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

Abaixo são demonstradas as despesas executadas pela FUB em 2006, através de percentuais de cada fonte de recursos.

Gráfico 2 - Despesas Executadas pela FUB em 2006 - percentual por Fonte de Recursos



Fonte: SIAFI

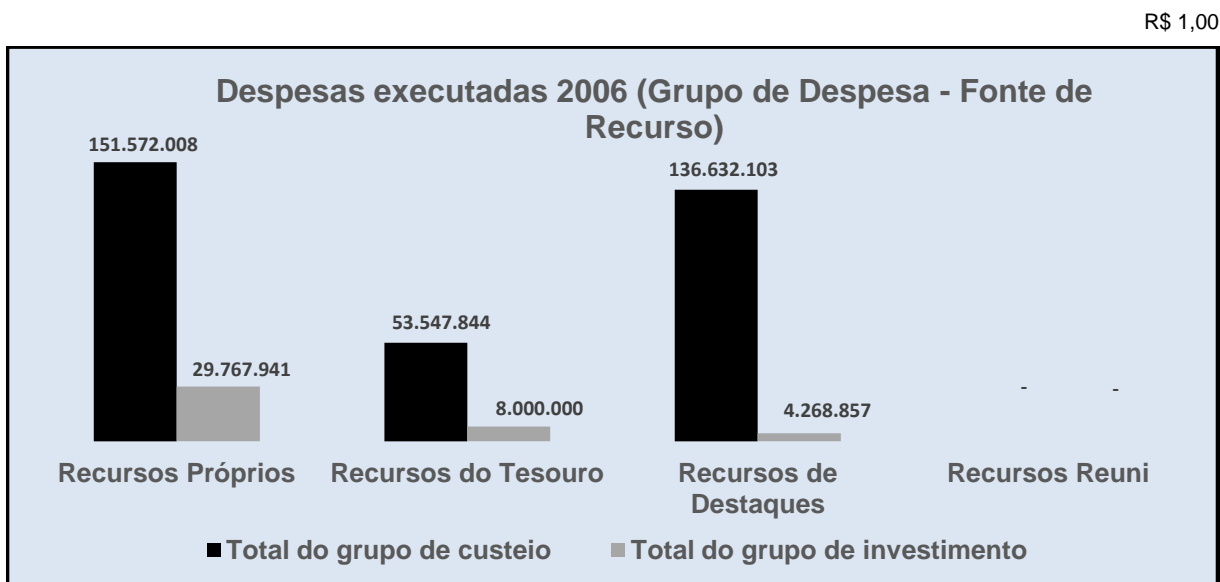
Elaborado pela Autora

Em 2006, a UnB executou as despesas de custeio/investimento com a participação em 47% da receita própria, arrecadada por receitas imobiliárias, projetos de prestação de serviços com arrecadação direta na conta única da Universidade; 16% da fonte de recurso do tesouro, insuficientes para atender plenamente as despesas com encargos gerais, demonstrando claramente a complementação da receita própria arrecadada no atendimento a tais despesas de encargos gerais, em detrimento de ações voltadas para o investimento da Universidade. O Gráfico abaixo faz a demonstração das despesas executadas pela FUB em 2006, fazendo a separação por grupos de despesas e fontes de recursos.

Destaca-se que a execução da despesa no grupo de investimento para a fonte de recursos próprios com projetos voltados obras e equipamentos, notadamente para as obras de construção da Administração, Contabilidade, Relações Internacionais, Ciências Políticas, Ciências da Informação e Economia; reforma dos elevadores do Campus Darcy Ribeiro, construção da Clínica Odontológica e Farmácia, construção dos estacionamentos do CME e CEFTRU, execução parcial dos Institutos de Ciências Biológicas, Química e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico.

Há que se destacar da execução de despesas com pagamentos por serviços prestados (RPA) para atendimento de atividades na elaboração de projetos, licitação e fiscalização das obras. O orçamento destinado à fonte do tesouro em investimento foi 100% empenhado em favor de Fundações de apoio, tendo em vista que os recursos foram liberados pelo Ministério da Educação, tardiamente e que infelizmente tais despesas, apesar de terem sido empenhadas e liquidadas não foram pagas.

Gráfico 3 - Despesas Executadas pela FUB em 2006 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

Nota-se que no ano de 2006 ainda não havia ingresso de recursos do REUNI na Universidade.

O exercício de 2007 foi marcado por crise na Universidade de Brasília com a ocupação dos alunos na Reitoria, com a turbulência das ações que foram praticamente paralisadas e com a retomada pela Administração Pro-Tempore, os gastos ocorreram praticamente da mesma forma do exercício anterior, há que informar que a retomada da gestão se deu no encerramento do exercício de 2007.

O plano de metas que a UnB deveria elaborar para a análise e aprovação do Ministério da Educação para adesão ao programa REUNI não foi encaminhado e o processo de adesão, para a UnB, ficou prejudicado.

Tabela 4 - Despesas executadas pela UnB – 2007

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2007				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	2.175.589,92	892.538,04	310.009,40	-	3.378.137,36
Apoio Administrativo	99.532.243,30	8.107.557,30	90.579.274,70	-	198.219.075,30
Benefícios para servidor	-	12.275.781,00	-	-	12.275.781,00
Diárias	4.834.367,96	345.431,42	1.129.804,08	-	6.309.603,46
Energia Elétrica	2.126.819,95	4.579.547,14	1.846.101,98	-	8.552.469,07
Limpeza e Conservação	4.162.237,88	1.199.173,45	921.736,78	-	6.283.148,11
Locação de Imóveis	4.574.927,78	50.044,91	77.235,30	-	4.702.207,99
Locação de Veículos	2.181.493,65	349.580,76	588.906,25	-	3.119.980,66
Manut. Conservação de Bens Imóveis	3.333.556,93	6.061.919,15	1.605.222,31	-	11.000.698,39
Material de Consumo	10.686.867,43	3.889.556,84	10.491.755,35	-	25.068.179,62
Outras despesas de custeios	54.967.164,26	22.358.463,91	57.416.385,69	-	134.742.013,86
Passagens e Locomoção	7.737.954,03	512.527,93	4.705.273,18	-	12.955.755,14
Processamento de Dados	341.573,93	58.425,69	220.705,00	-	620.704,62
Telecomunicações	3.026.833,16	2.104.093,39	358.017,06	-	5.488.943,61
Vigilância	1.459.681,81	1.774.970,86	375.903,00	-	3.610.555,67
Total do grupo de custeio	201.141.311,99	64.559.611,79	170.626.330,08	-	436.327.253,86
Obras e Instalações	31.658.303,48	107.521,72	19.286.550,55	-	51.052.375,75
Equipamento e Material Permanente	10.102.657,42	2.687.340,97	17.534.678,89	-	30.324.677,28
Outros investimentos	273.203,14	8.400.000,00	7.234.911,94	-	15.908.115,08
Total do grupo de investimento	42.034.164,04	11.194.862,69	44.056.141,38	-	97.285.168,11
Total geral	243.175.476,03	75.754.474,48	214.682.471,46	-	533.612.421,97
%	46%	14%	40%	0%	100%

Fonte: SIAFI

Nota: valores nominais

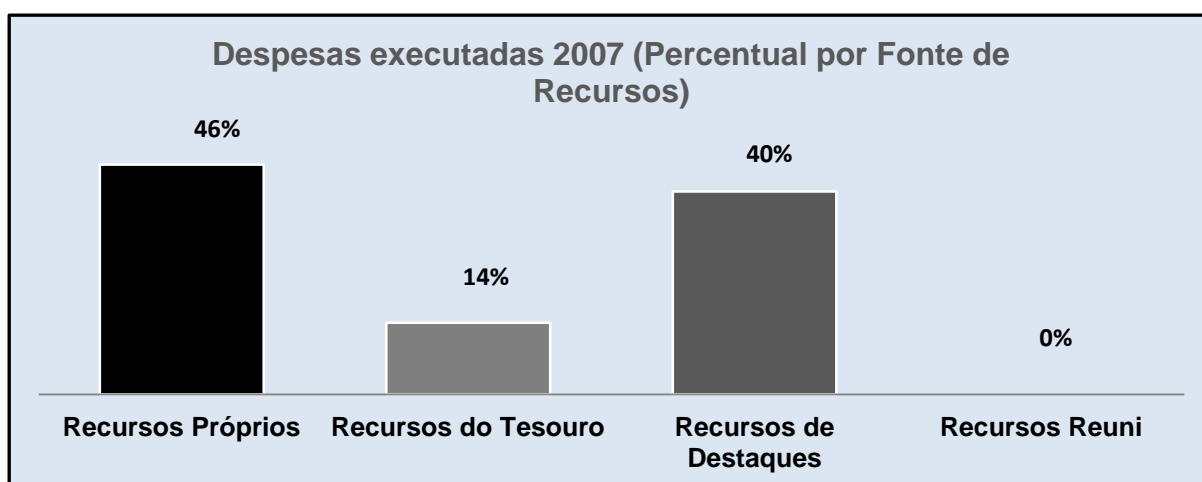
Elaborado pela autora

Destaca-se o acréscimo de recursos da fonte do tesouro, tanto do grupo de despesa de custeio, quanto do grupo de investimento. Os projetos executados em investimentos se deram basicamente com receita arrecadada pela alienação de bens imóveis da Universidade com a aprovação do Conselho Diretor visando a execução do Plano de Obras denominado Plano de Obras UnB XXI.

Ganham destaque especial as obras iniciadas parcialmente em 2006: Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Química e Centro de Desenvolvimento Tecnológico.

Quanto aos recursos do tesouro, a sua execução se deu por projeto elaborado pela gestão pró-tempore através de recursos oriundos de emendas parlamentares sendo os mesmos empenhados em favor de fundação de apoio e executados diretamente pela Universidade, possibilitando o atendimento a obra de reforma do Departamento de Matemática, reforma do Instituto de Geociências, Clínica Odontológica e Farmácia Escola dentre outras reformas.

Gráfico 4 - Despesas Executadas pela FUB em 2007 - percentual por Fonte de Recursos



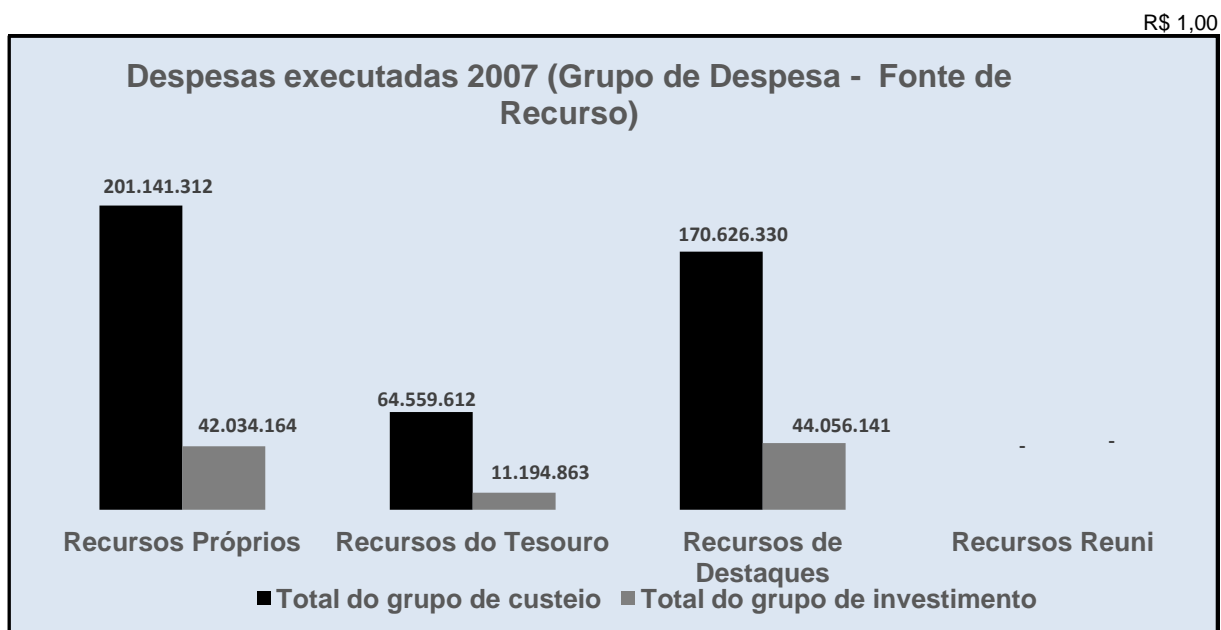
Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Da mesma forma que ocorreu em exercícios anteriores, as despesas de custeio executadas na manutenção geral, de responsabilidade da Universidade, foram complementadas com recursos próprios arrecadados por diversas receitas, das quais se destaca o FAI do CESPE.

Para uma melhor visualização da divisão dos recursos dentro da Universidade, abaixo é demonstrado o gráfico 5, desmembrando as despesas por Grupos e ainda por Fontes de Recursos. Conforme citado anteriormente, no ano de 2007 ainda não havia ingresso de recursos do Programa REUNI na Universidade de Brasília.

Gráfico 5 - Despesas Executadas pela FUB em 2007 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

Para o ano de 2008 cabe destacar que foi notadamente o marco inicial de liberação de recursos do programa REUNI, há que se observar que os recursos do REUNI inauguram o orçamento da Universidade de Brasília no exercício de 2008 bem como de enfrentamento das consequências oriundas da crise instalada no ano de 2007.

A Universidade retomou suas atividades com muita dificuldade, os órgãos de controle do Governo Federal se instalaram no Campus para apuração dos fatos ocorridos. Os recursos provenientes de destaques orçamentários caíram vertiginosamente, comparando-se com o exercício de 2007, os recursos foram da ordem de R\$ 102 milhões.

Os recursos da fonte de próprios deu salto de R\$ 202 milhões executados em 2007 para R\$ 292 milhões com aumento na arrecadação da receita proveniente de projetos realizados pelo CESPE por concursos públicos e de reprogramação de receita com alienação de imóveis.

A execução das despesas no grupo de investimento teve significativo crescimento em função das obras do Instituto de Ciências Biológicas, Centro de

Manutenção de Equipamentos, Centro de Recuperação de Áreas Degradadas, dentre outras.

Quanto aos recursos de tesouro também houve acréscimo considerável nas despesas executadas parcialmente em função da liberação de recursos oriundos de emenda parlamentar destinada aos Campi de Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como de recursos destinados a esses Campi para atendimento em projetos voltados para a expansão, o aumento verificado na fonte de recursos do tesouro ocorreu tanto no grupo de outros custeios, como no de investimento, mas ainda não foi autossuficiente no atendimento das despesas gerais da Universidade, sendo o financiamento de receitas próprias ainda necessárias ao atendimento de tais despesas.

A UnB conseguiu retomar suas atividades básicas, no cumprimento dos contratos administrativos e nas despesas de manutenção geral para o atendimento à sua atividade fim, ressaltando que nesse período a UnB vivenciou período de campanha para eleger novo reitor, culminando o processo eleitoral no mês de novembro, nascia então uma nova administração pós-conturbada crise e administração pró-tempore.

Tabela 5 - Despesas executadas pela UnB – 2008

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2008				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	2.844.563,06	2.394.250,85	651.313,98	-	5.890.127,89
Apoio Administrativo	123.655.753,87	12.506.978,39	32.672.042,62	199.181,18	169.033.956,06
Benefícios para servidor	-	13.346.328,05	-	-	13.346.328,05
Diárias	3.874.478,73	403.622,72	933.449,29	-	5.211.550,74
Energia Elétrica	1.237.995,58	6.427.074,39	1.952.011,76	-	9.617.081,73
Limpeza e Conservação	4.964.762,47	3.079.192,69	484.278,48	-	8.528.233,64
Locação de Imóveis	7.324.469,35	66.400,18	251.049,60	-	7.641.919,13
Locação de Veículos	3.309.955,81	729.888,35	377.148,86	-	4.416.993,02
Manutenção e Conserv de Bens Imóv	4.313.672,67	5.716.328,11	1.059.325,78	-	11.089.326,56
Material de Consumo	14.284.690,26	7.135.636,36	11.859.237,07	299.951,12	33.579.514,81
Outras despesas de custeios	64.821.342,64	24.738.883,23	56.814.106,32	382.735,88	146.757.068,07
Passagens e Locomoção	10.394.080,08	782.981,43	4.636.844,10	-	15.813.905,61
Processamento de Dados	1.356.074,10	144.912,39	174.683,35	-	1.675.669,84
Telecomunicações	2.502.020,56	6.102.690,22	224.390,72	492.984,06	9.322.085,56
Vigilância	2.875.015,41	2.397.904,63	711.753,27	-	5.984.673,31
Total do grupo de custeio	247.758.874,59	85.973.071,99	112.801.635,20	1.374.852,24	447.908.434,02
Obras e Instalações	31.144.588,23	1.199.395,09	7.000,00	11.467.053,00	43.818.036,32
Equipamento e Material Permanente	13.116.422,63	6.119.720,63	3.909.029,88	2.997.834,25	26.143.007,39
Outros investimentos	564.295,97	1.517.799,50	-	-	2.082.095,47
Total do grupo de investimento	44.825.306,83	8.836.915,22	3.916.029,88	14.464.887,25	72.043.139,18
Total geral	292.584.181,42	94.809.987,21	116.717.665,08	15.839.739,49	519.951.573,20
%	56%	18%	22%	3%	100%

Fonte: SIAFI

Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

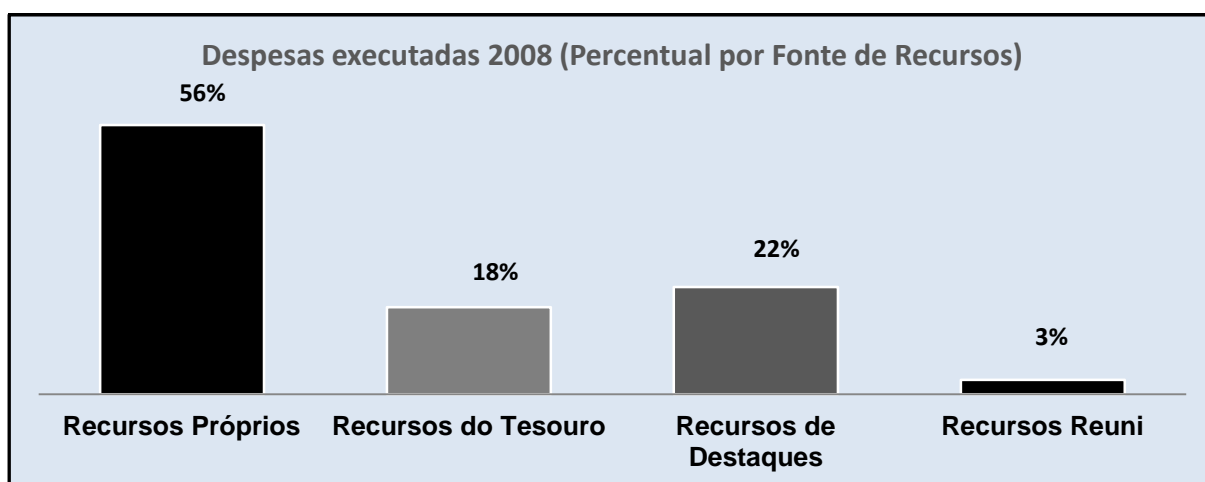
Os recursos do REUNI inauguraram suas atividades, mesmo representando apenas 3% das despesas de OCC da UnB na ordem de R\$ 1,4 milhão no grupo de outros custeios, representando 8,7% e em investimento na ordem de R\$ 15,8 milhões, representando 91,3%. As despesas executadas no grupo de custeio ocorreram em atendimento às necessidades quanto à manutenção geral da Universidade, bem como de atividades previstas no plano de metas do REUNI. Quanto as despesas de investimento foram iniciadas as obras no Campus do Gama e de reformas nas Unidades Acadêmicas e de aquisições de equipamentos e material permanente conforme processos aprovados pela Comissão do REUNI.

A título de comparação, o crescimento do número total de alunos representou 3,97% em relação ao exercício de 2007, destacamos que para o crescimento de alunos, somente da graduação, o índice foi de 8,11%.

O crescimento das metas previstas no plano de ação do programa REUNI causou transtorno em função de que a Universidade não dispunha de infraestrutura necessária para o pleno atendimento de suas atividades quanto ao adequado espaço físico, professores suficientes, com a conseqüente superlotação de salas de aula.

As obras previstas não acompanharam o crescimento acadêmico, a demora de se elaborar projetos para a realização de licitação das obras foi um dos principais problemas.

**Gráfico 6 - Despesas Executadas pela FUB em 2008 –
percentual por Fonte de Recursos**



Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Os recursos para atender a expansão dos Campi de Ceilândia, Gama e Planaltina foram liberados e a execução das despesas ocorreu de forma a atender as programações elaboradas por essas Unidades, tanto na execução de despesas de custeio quanto em investimento.

Como pode ser observado através do gráfico acima, os recursos oriundos do REUNI representaram 3% das despesas totais da Universidade de Brasília no ano de 2008.

Para uma melhor compreensão da divisão dos recursos, são representados os valores, desmembrando-os por grupos de despesas e fontes de recursos, visualizados através do gráfico 7, abaixo:

Gráfico 7 - Despesas Executadas pela FUB em 2008 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

O exercício de 2009 foi o ano em que uma nova gestão, após a administração pró-tempore, assumiu a direção da Universidade. Cabe ressaltar que as ações voltadas às atividades do programa REUNI, continuou o seu rumo sem haver mudanças no plano de metas.

As despesas executadas na fonte de recursos próprios não teve alteração substancial em relação ao exercício de 2008, frisando que boa parte de seus recursos foi direcionada para a complementação no pagamento de despesas básicas de custeio. Para o grupo de investimento a Universidade comprometeu recursos próprios em atendimento a obras dos prédios do Instituto da Criança e Adolescente, Instituto de Ciências Biológicas, Centro de Manutenção de Equipamentos, dentre outras.

Quanto aos recursos do tesouro, salientamos que houve considerável acréscimo no orçamento para a Universidade, objeto da reprogramação de créditos orçamentários que não foram executados na sua integralidade no exercício de 2008, em função de emenda parlamentar direcionada aos Campi de Ceilândia, Gama e Planaltina. Há que se destacar da liberação de emenda parlamentar objetivando a construção de Centro de Convivência do Servidor Público.

Os recursos do tesouro para investimento foram executados para atender a reformas do Restaurante Universitário, da Prefeitura do Campus, de laboratórios da Fazenda Água Limpa, do Instituto de Geociências, de laboratórios da Faculdade de Ciências da Saúde e obra do Centro de Processamento de Dados, dentre outras.

Tabela 6 - Despesas executadas pela UnB – 2009

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2009				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	5.178.529,94	2.103.130,46	-	1.246.775,12	8.528.435,52
Apoio Administrativo	129.824.856,92	17.682.208,14	41.153.386,04	1.053.498,71	189.713.949,81
Benefícios p/ servidor	-	12.486.840,65	-	-	12.486.840,65
Diárias	4.072.068,58	823.582,81	1.978.101,65	29.817,07	6.903.570,11
Energia Elétrica	3.290.408,35	3.793.775,29	100.350,33	1.459.417,78	8.643.951,75
Limpeza e Conservação	7.289.720,35	6.851.741,71	21.949,47	-	14.163.411,53
Locação de Imóveis	7.772.472,29	183.334,68	43.591,00	-	7.999.397,97
Locação de Veículos	2.361.698,26	1.251.346,90	341.985,65	-	3.955.030,81
Manut.Conservação de Bens Imóveis	4.993.335,90	3.978.323,70	33.940,40	4.500,00	9.010.100,00
Material de Consumo	18.150.203,23	7.287.390,49	10.513.766,10	-	35.951.359,82
Outras despesas de custeios	81.009.010,58	35.667.100,32	55.385.830,68	963.951,55	173.025.893,13
Passagens e Locomoção	3.569.458,08	1.242.544,51	5.399.722,12	30.651,11	10.242.375,82
Processamento de Dados	1.737.486,17	179.301,18	66.944,00	-	1.983.731,35
Telecomunicações	2.191.483,81	2.949.922,66	184.478,91	-	5.325.885,38
Vigilância	7.932,29	7.449.790,02	350,00	486.338,66	7.944.410,97
Total do grupo de custeio	271.448.664,75	103.930.333,52	115.224.396,35	5.274.950,00	495.878.344,62
Obras e Instalações	6.069.787,29	18.245.748,01	1.769.720,00	28.025.361,43	54.110.616,73
Equipamento e Material Permanente	19.334.201,81	36.691.316,32	6.422.891,28	11.600.860,53	74.049.269,94
Outros investimentos	180.319,54	384.715,90	-	-	565.035,44
Total do grupo de investimento	25.584.308,64	55.321.780,23	8.192.611,28	39.626.221,96	128.724.922,11
Total geral	297.032.973,39	159.252.113,75	123.417.007,63	44.901.171,96	624.603.266,73
%	48%	25%	20%	7%	100%

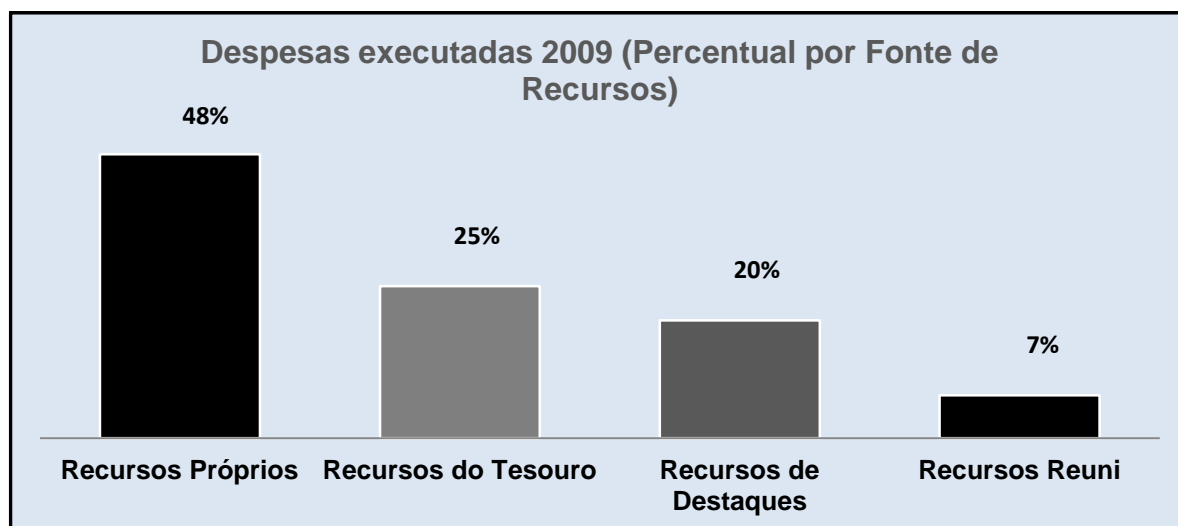
Fonte: SIAFI

Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

Os destaques orçamentários tiveram discreto aumento nos recursos, informando que não houve qualquer vinculação da Universidade com as Fundações de apoio em função das interveniências do Ministério Público Federal nas respectivas fundações de apoio à UnB, sendo que muitas delas foram interdidas e estão em processo de liquidação.

**Gráfico 8 - Despesas Executadas pela FUB em 2009
percentual por Fonte de Recursos**



Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Também foram executados R\$ 11,6 milhões em aquisição de equipamentos visando atender as unidades acadêmicas vinculadas/comprometidas com a otimização e ampliação de suas respectivas unidades.

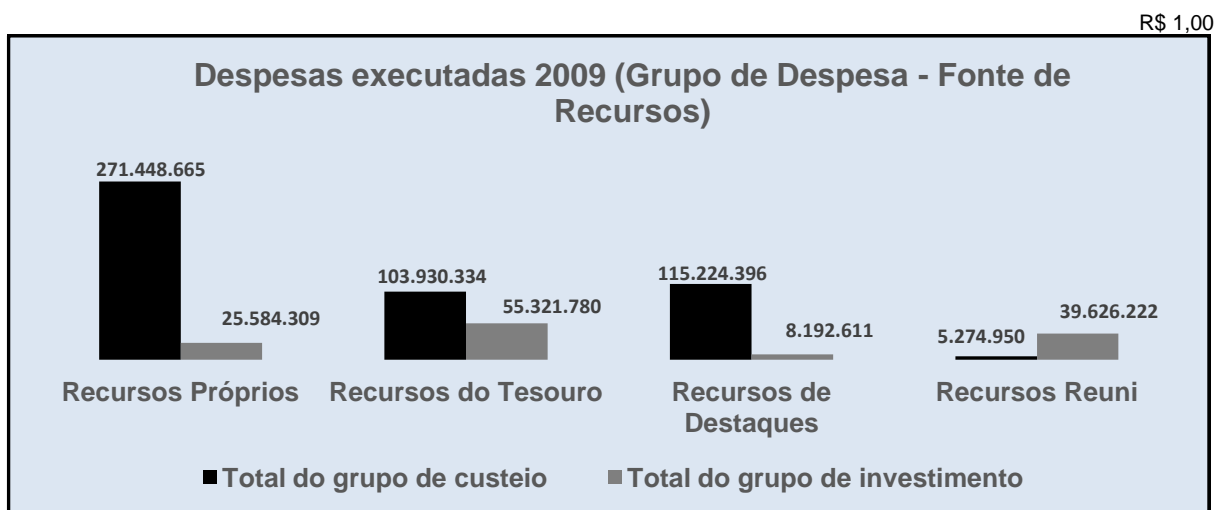
Nota-se que nesse exercício, o programa REUNI arcou com despesas básicas de custeio da Universidade, com execução de despesas de manutenção, tais como: água e esgoto, energia elétrica e pagamento de apoio administrativo, no valor da ordem de R\$ 3,8 milhões.

Quanto aos recursos do REUNI cabe informar que os valores liberados pelo MEC foi o maior em relação aos demais anos. Apesar de representar apenas 7% das despesas executadas no orçamento, os recursos possibilitaram o incremento de obras e reformas contratadas no valor da ordem de R\$ 28,0 milhões para amenizar o problema de espaço físico com a finalidade em acomodar os novos alunos que representou em 2009 acréscimos de 7,04% no total de alunos e de 10,39% especificamente para o ensino de graduação, com reformas nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, reforma dos Anfiteatros, reforma no ICC e Pavilhão João Calmon, dentre outras.

O gráfico abaixo mostra a repartição dos recursos da Universidade no ano de 2009, ano em que o REUNI injetou na Instituição cerca de 7% do total de

recursos recebidos. Grande parte destes recursos foram destinados ao grupo de despesas com investimentos na Universidade de Brasília.

Gráfico 9 - Despesas Executadas pela FUB em 2009 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

O exercício de 2010, como pode ser verificado através das tabelas e gráficos, a execução de despesas ocorreu praticamente da mesma forma do que foi executado em 2009. Destaca-se que a fonte de recursos próprios alavancou de R\$ 297,0 milhões para R\$ 350,3 milhões, sendo sua que a execução das despesas se concentrou em complementação às despesas básicas de custeio.

A execução dos recursos de investimento nessa fonte de recurso atendeu aos processos de obras da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, iluminação do Campus Darcy Ribeiro, prédio do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Biotério Central e de pagamentos a pessoa física sob a forma de recibo de pagamento autônomo para elaboração de projetos, licitação e fiscalização das obras.

Quanto a fonte de recursos do tesouro observa-se que houve redução na execução das despesas notadamente no grupo de despesa de investimento, que priorizou despesas em obras visando atender com reforma da Prefeitura, subestações dos Campi do Gama e Planaltina e complementação da obra do Centro de Desenvolvimento Sustentável.

A execução de despesa dos recursos do REUNI foi marcado pelo aumento dos recursos no grupo de despesa de outros custeios que praticamente dobrou de valor com relação ao exercício de 2009 e que foram programados para atender com despesas de manutenção geral dos Campi da UnB com água e esgoto, apoio administrativo, energia elétrica, limpeza e conservação e vigilância.

Tabela 7 - Despesas executadas pela UnB – 2010

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2010				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	2.742.773,55	3.299.483,36	-	960.387,05	7.002.643,96
Apoio Administrativo	144.680.384,65	25.166.035,58	44.972.400,28	1.149.170,15	215.967.990,66
Benefícios p/ servidor	-	22.877.546,00	-	-	22.877.546,00
Diárias	5.937.664,35	1.362.144,92	1.966.309,12	-	9.266.118,39
Energia Elétrica	1.306.370,78	5.299.667,12	177.884,87	2.054.521,50	8.838.444,27
Limpeza e Conservação	8.676.459,06	8.620.809,49	2.428.831,97	1.749.764,69	21.475.865,21
Locação de Imóveis	12.117.076,53	585.686,99	156.036,56	-	12.858.800,08
Locação de Veículos	11.755.225,81	266.450,04	728.937,87	567,72	12.751.181,44
Manut.Conservação de Bens Imóveis	4.527.087,87	3.626.330,87	90.520,13	1.848.307,12	10.092.245,99
Material de Consumo	18.458.435,03	4.275.990,33	9.081.153,22	28.382,07	31.843.960,65
Outras despesas de custeios	89.277.703,86	25.515.150,75	58.038.154,47	2.199.514,67	175.030.523,75
Passagens e Locomoção	8.983.314,63	1.095.706,00	2.045.696,68	-	12.124.717,31
Processamento de Dados	3.111.724,86	1.885.792,57	408.548,00	-	5.406.065,43
Telecomunicações	1.866.465,83	234.821,52	208.524,89	-	2.309.812,24
Vigilância	3.516.151,82	8.307.665,24	434.813,94	1.113.713,27	13.372.344,27
Total do grupo de custeio	316.956.838,63	112.419.280,78	120.737.812,00	11.104.328,24	561.218.259,65
Obras e Instalações	16.609.657,19	9.339.076,06	7.298.035,41	26.783.306,51	60.030.075,17
Equipamento e Material Permanente	16.030.789,85	11.291.742,32	427.510,55	5.438.940,85	33.188.983,57
Outros investimentos	777.070,58	17.869,80	-	-	794.940,38
Total do grupo de investimento	33.417.517,62	20.648.688,18	7.725.545,96	32.222.247,36	94.013.999,12
Total geral	350.374.356,25	133.067.968,96	128.463.357,96	43.326.575,60	655.232.258,77
%	53%	20%	20%	7%	100%

Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

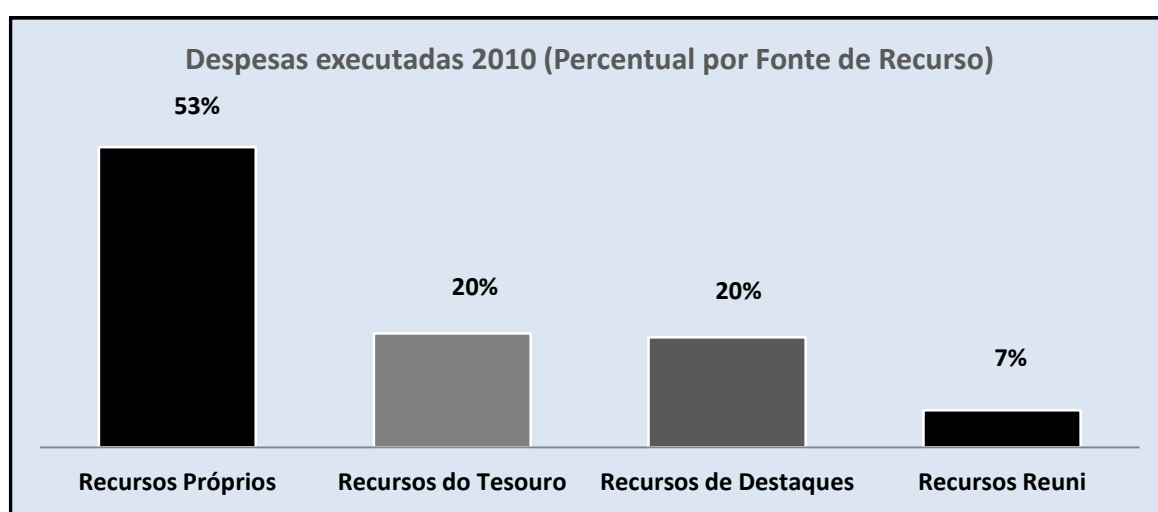
Nota: valores nominais

Os recursos também foram executados para atender ao plano de metas quanto a projetos de obras e aquisição de equipamentos, bem como de despesas com serviços de reformas e instalações em função da desocupação de unidades que se instalaram em sedes definitivas. Para atendimento com recursos de obras foi priorizada as seguintes obras: Centro de Processamento de Dados, calçadas da Praça Maior do Campus Darcy Ribeiro, reforma dos Anfiteatros do Instituto Central

de Ciências, complementação de recursos para as obras dos Campi do Gama e Planaltina, obras dos MASC e MESP dos Campi de Ceilândia e Gama.

Cabe informar que os recursos REUNI foram programados também para atender aos programas de bolsas para alunos da graduação, pós-graduação e programa de tutoria de disciplinas na área de ciências exatas.

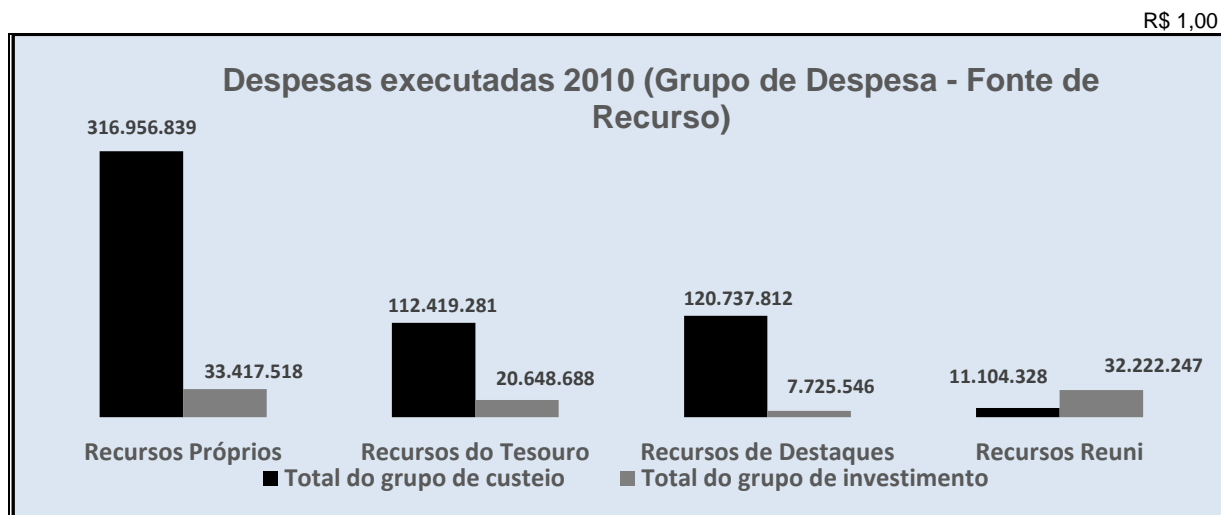
**Gráfico 10 – Despesas Executadas pela FUB em 2010
percentual por Fonte de Recursos**



O crescimento da Universidade em termos de alunos matriculados, de combate à retenção e evasão, de servidores docentes e técnicos administrativos, em função do programa REUNI, segue o seu curso normal e os desafios para as unidades acadêmicas são cada vez difíceis de adequar suas atividades a esse crescimento.

O incremento de 7% nos recursos da Universidade de Brasília através do programa REUNI está demonstrado no gráfico abaixo, analisando-se os grupos de despesas separadamente.

Gráfico 11– Despesas Executadas pela FUB em 2010 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Valores Nominais

Elaborado pela Autora

O exercício de 2011 é marcado pela queda de arrecadação da fonte de recursos próprios de aproximadamente R\$ 102 milhões, bem como pela ascensão de recursos da fonte do tesouro de aproximadamente R\$ 86 milhões devido a reprogramação do orçamento do MEC concedidos pelo Governo Federal, pois o orçamento inicial da Lei Orçamentária Anual, para outros custeios e capital na fonte de recurso do tesouro, o valor programado foi de apenas R\$ 136.330.805,00, excluindo desse valor apenas o programa REUNI e expansão dos Campi de Gama, Planaltina e Ceilândia, bem como as despesas obrigatórias.

Está inserido no valor informado acima o Programa PNAES, PROEXT, Capacitação de Servidores e emendas parlamentares, sendo que do valor acima, aproximadamente R\$ 42 milhões foram programados em investimento. Dessa forma o valor inicial para outros custeios foi totalmente insuficiente para atender plenamente as reais necessidades da Universidade.

Tabela 8 - Despesas executadas pela UnB – 2011

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2011				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	2.125.552,11	2.701.709,49	-	-	4.827.261,60
Apoio Administrativo	135.604.094,79	39.352.571,48	31.840.392,23	2.289.346,42	209.086.404,92
Benefícios p/ servidor	-	23.189.697,03	-	-	23.189.697,03
Diárias	5.181.715,58	1.474.829,04	556.381,77	-	7.212.926,39
Energia Elétrica	1.147.699,82	6.587.367,56	-	16,48	7.735.083,86
Limpeza e Conservação	1.971.886,98	15.173.679,65	4.954.735,55	1.592.294,56	23.692.596,74
Locação de Imóveis	8.437.428,32	1.258.769,09	26.819,00	547.765,22	10.270.781,63
Locação de Veículos	4.319.637,08	3.085.716,96	78.686,87	7.078,14	7.491.119,05
Manut.Conservação de Bens Imóveis	358.343,54	10.401.510,31	7.631.948,17	5.111.294,67	23.503.096,69
Material de Consumo	8.285.968,40	11.104.643,84	17.683.043,79	35.045,92	37.108.701,95
Outras despesas de custeios	61.886.278,59	54.552.463,97	68.486.381,32	5.414.970,78	190.340.094,66
Passagens e Locomoção	3.610.025,93	1.499.310,82	1.031.476,99	-	6.140.813,74
Processamento de Dados	480.191,51	3.022.576,72	798.847,00	-	4.301.615,23
Telecomunicações	1.014.628,24	1.240.800,94	195.034,87	-	2.450.464,05
Vigilância	11.100,00	16.011.241,94	2.494.313,22	1.173.726,39	19.690.381,55
Total do grupo de custeio	234.434.550,89	190.656.888,84	135.778.060,78	16.171.538,58	577.041.039,09
Obras e Instalações	1.774.609,57	16.420.556,98	4.652.251,86	17.351.592,15	40.199.010,56
Equipamento e Material Permanente	11.204.225,35	13.518.928,61	10.326.385,54	4.948.276,85	39.997.816,35
Outros investimentos	797.736,88	1.647.306,01	-	15.340,00	2.460.382,89
Total do grupo de investimento	13.776.571,80	31.586.791,60	14.978.637,40	22.315.209,00	82.657.209,80
Total geral	248.211.122,69	222.243.680,44	150.756.698,18	38.486.747,58	659.698.248,89
%	38%	34%	23%	6%	100%

Fonte: SIAFI

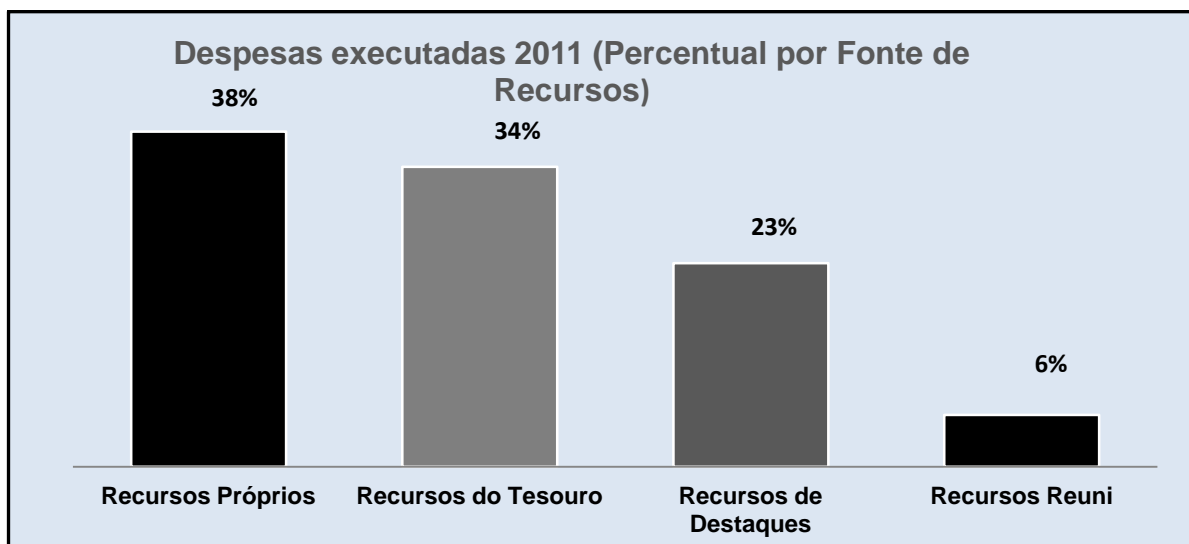
Elaborado pela autora

Nota: valores nominais

A reprogramação dos recursos do tesouro se deu tanto no grupo de despesa de outros custeios como no de investimento e possibilitou a Universidade honrar os compromissos assumidos com despesas gerais de manutenção, bem como de execução de obras de edificações tais como: Maloca, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Ceilândia, Instituto de Ciência Política/Instituto de Relações Internacionais, Centro de Desenvolvimento Sustentável, rede lógica do Centro de Processamento de Dados, Bloco de Salas de Aula, Faculdade do Gama, dentre outros.

Registram-se também despesas executadas do programa REUNI com manutenção básica no Campus, com pagamentos a despesas com terceirização de mão de obra, e tarifas com energia elétrica e água e esgoto.

Gráfico 12 - Despesas Executadas pela FUB em 2011- percentual por Fonte de Recursos

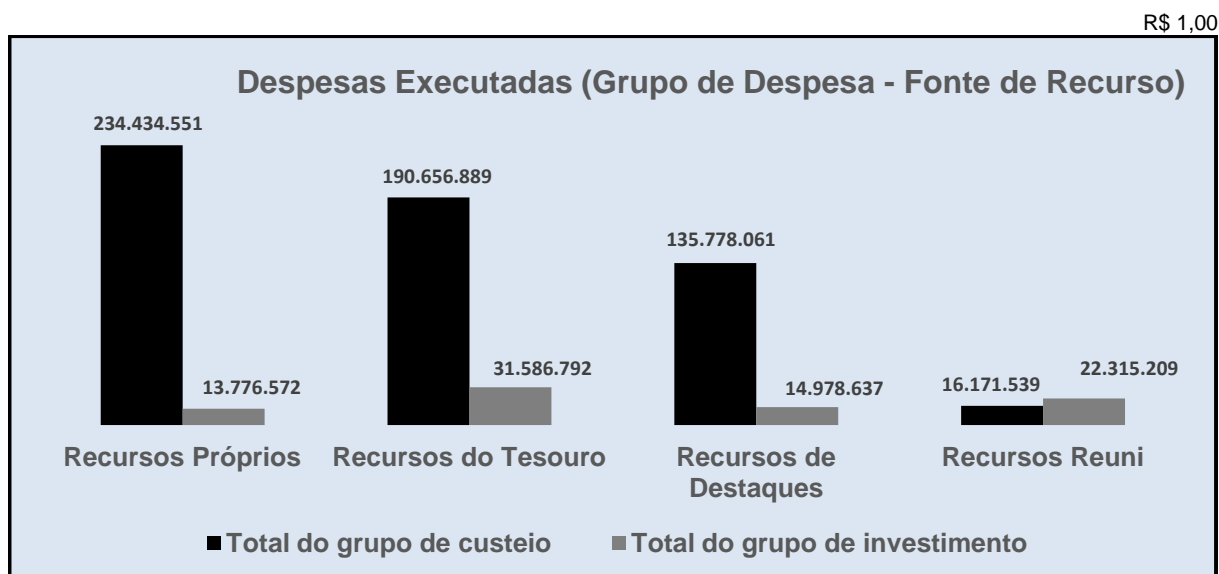


Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Os recursos do REUNI foram liberados praticamente da mesma forma do que se concedeu no exercício de 2010. A diferença foi da programação em valores maiores para o grupo de despesa de outros custeios, com a finalidade em financiar despesas com serviços de obras e reformas de instalações, tais como: obras do Instituto de Ciências Sociais, reforma na Faculdade de Tecnologia, obra no Bloco de Salas de Aula, reforma na Faculdade de Saúde, obra do Departamento de Engenharia Florestal, reforma e adaptação de elevadores, obra do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos, dentre outras, bem como de recursos para atendimento com o programa de bolsas que foram ampliados.

Gráfico 13– Despesas Executadas pela FUB em 2011 - percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

O exercício de 2012 marcado para ser o último ano de financiamento dos recursos REUNI, foram executados créditos da ordem de R\$ 23,4 milhões, com ênfase de execução no grupo de despesas de outros custeios para reforço na execução de despesas de manutenção geral dos Campi da UnB, reformas de instalações físicas e bolsas. Para o grupo de investimento se executou despesas com obras e aquisição de equipamentos.

A fonte de recursos próprios obteve ascensão de cerca de R\$ 54 milhões, tanto para o grupo de outros custeios quanto para o de investimento. Para a fonte de recursos do tesouro, os valores executados ficaram acima do que se previam no orçamento inicial da LOA 2012, tendo o Ministério da Educação liberado créditos adicionais para garantir as despesas básicas de custeio da Universidade.

Ao fazer uma reflexão quanto ao que se propõe para a Universidade em termos de crescimento que ocorreu nos seus Campi, quanto a inserção do Programa REUNI, tanto no crescimento de alunos matriculados, área física construída, contratação de servidores docentes e técnicos administrativos, criação de novos cursos e expansão dos já existentes, com ênfase para cursos noturnos, redução da retenção e evasão, dentre outras ações de expansão, comprova-se que a

Universidade necessita de ações de planejamento estruturado que possibilitem o seu financiamento pleno pelo Estado sob pena de se obter um cenário incompatível com a nova realidade da UnB.

Tabela 9 - Despesas executadas pela UnB – 2012

R\$ 1,00

Exercício	DESPESAS EXECUTADAS				
	2012				
Subitem / Fonte de Recursos	Recursos Próprios	Recursos do Tesouro	Recursos de Destaques	Recursos Reuni	Total
Água e Esgoto	1.267.629,15	5.379.959,36	-	1.271.914,49	7.919.503,00
Apoio Administrativo	159.148.675,95	34.488.323,67	30.664.725,30	3.623.159,08	227.924.884,00
Benefícios p/ servidor	-	25.012.138,87	-	-	25.012.138,87
Diárias	3.827.704,94	1.612.661,81	1.220.638,81	22.776,45	6.683.782,01
Energia Elétrica	625.817,71	6.870.278,89	510.000,00	2.283.795,74	10.289.892,34
Limpeza e Conservação	4.481.280,86	11.966.744,20	4.199.061,83	3.252.309,39	23.899.396,28
Locação de Imóveis	8.374.433,96	570.667,90	72.300,00	151.292,00	9.168.693,86
Locação de Veículos	4.779.602,78	1.377.407,86	776.524,17	8.794,47	6.942.329,28
Manut.Conservação de Bens Imóveis	894.843,34	8.555.427,33	1.639.626,20	1.337.857,90	12.427.754,77
Material de Consumo	7.241.035,16	8.714.821,76	21.954.942,03	60.195,54	37.970.994,49
Outras despesas de custeios	80.838.931,50	78.586.702,94	75.096.353,23	7.101.540,96	241.623.528,63
Passagens e Locomoção	3.834.851,52	1.457.825,20	2.286.295,16	35.239,50	7.614.211,38
Processamento de Dados	2.891.969,34	1.541.591,30	909.525,65	-	5.343.086,29
Telecomunicações	1.405.209,95	2.241.923,86	145.677,23	-	3.792.811,04
Vigilância	827.860,00	11.450.285,63	2.849.070,81	2.935.131,78	18.062.348,22
Total do grupo de custeio	280.439.846,16	199.826.760,58	142.324.740,42	22.084.007,30	644.675.354,46
Obras e Instalações	3.175.003,63	13.438.023,36	1.327.305,53	2.326.126,73	20.266.459,25
Equipamento e Material Permanente	17.694.995,94	3.850.647,67	24.068.527,65	1.949.708,02	47.563.879,28
Outros investimentos	764.128,79	444.618,34	-	37.797,27	1.246.544,40
Total do grupo de investimento	21.634.128,36	17.733.289,37	25.395.833,18	4.313.632,02	69.076.882,93
Total geral	302.073.974,52	217.560.049,95	167.720.573,60	26.397.639,32	713.752.237,39
%	42%	30%	23%	4%	100%

Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

Nota: valores nominais

As despesas gerais com a manutenção do seu patrimônio teve brutal crescimento, ao comparar a execução dessas despesas no exercício de 2006 com um valor executado no grupo de outros custeios de R\$ 342 milhões com o executado em 2012 no valor de R\$ 577 milhões, verificamos um crescimento de tais despesas em aproximadamente 69%.

Há que se destacar que as despesas referentes aos projetos com arrecadação estão inseridas nas despesas informadas acima e poderão variar o percentual informado, mas a situação de precariedade do recurso prevalecerá. O

orçamento inicial da Lei Orçamentária Anual para a FUB para o exercício de 2012 na fonte de recursos do tesouro foi de R\$ 95.814.671,00 excluindo apenas o Programa REUNI e despesas obrigatórias. Está inserido no valor informado acima o Programa PNAES, PROEXT, Capacitação de Servidores e emendas parlamentares. Fazendo-se uma comparação do recurso liberado no orçamento inicial pela LOA com as despesas de manutenção básica da Universidade, em que apenas o item de gasto com terceirização tem uma despesa estimada anual de aproximadamente R\$ 120 milhões, deduz-se daí a extrema necessidade de se conseguir créditos adicionais ou angariar recursos complementares para tais despesas com receitas próprias da Universidade em detrimento de se investir nos Campi.

Gráfico 14 - Despesas Executadas pela FUB em 2012- percentual por Fonte de Recursos

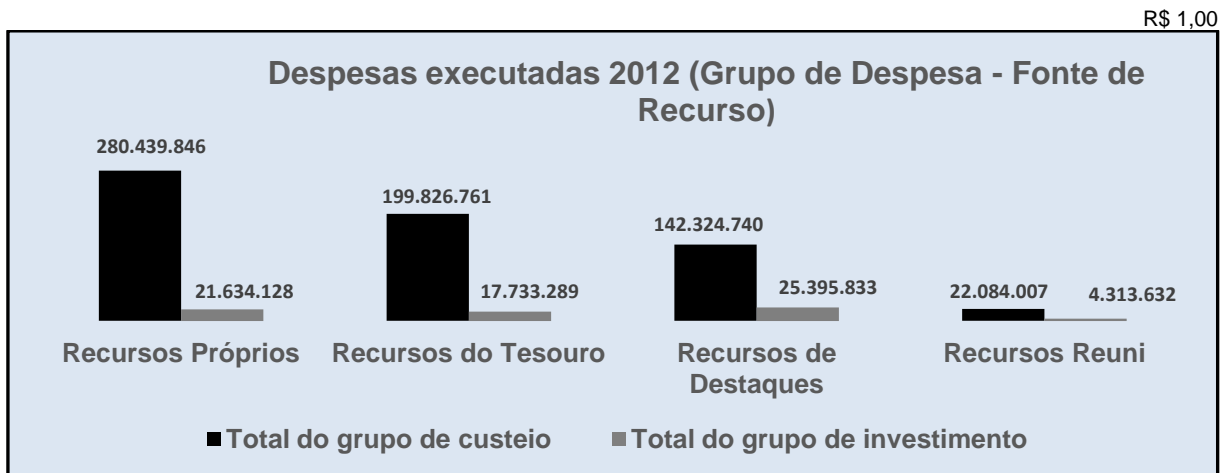


Fonte: SIAFI

Elaborado pela autora

A situação poderá comprometer o atendimento das novas demandas e do oferecimento de um ensino de qualidade, bem como da Universidade honrar compromissos que fatalmente terão que ser contratados para garantir a manutenção básica das novas edificações e instalações que estão sendo concluídas.

**Gráfico 15 - Despesas Executadas pela FUB em 2012
percentual por Grupos de Despesas e Fontes de Recursos**



Fonte: SIAFI
Nota: valores nominais

Elaborado pela autora

É importante frisar que o crescimento proposto pela Universidade quanto as metas a serem atingidas no programa REUNI impactou o seu funcionamento quanto as suas atividades, sobretudo quanto a continuidade das ações no financiamento da manutenção geral, demandando aporte de recursos orçamentários.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para reflexão de tudo o que foi abordado acima, contextualiza-se a situação do ensino superior que vem desempenhando o seu papel em disseminar o conhecimento, voltado para o tripé ensino, pesquisa e extensão, levando-se em conta a democratização. O fortalecimento institucional do ensino superior possibilita a densificação, democratização e qualificação no desenvolvimento de ações básicas da universidade às transformações na produção do conhecimento.

Necessário também se faz que a universidade fortaleça a democracia externa que norteia as relações com o mundo dos negócios, sendo fundamental sua participação de forma transparente, mensuráveis, reguláveis e compatíveis as pressões sociais sobre as funções da universidade levando a contextualização sujeitas a regras que tornem as relações entre a universidade e o seu meio social.

O funcionamento das instituições de ensino superior públicas está sujeito às legislações do Governo Federal, e dada às peculiaridades do funcionamento das IFES as ações empreendidas, em geral, não são consideradas como gastos públicos e sim como investimento social e político e assim se desencadeia o viés chamado de autonomia universitária.

Apesar dos grandes avanços que vem sendo empreendidos pelo Governo Federal as universidades públicas encontra-se em sérias dificuldades, vivenciadas com fragilidade em seu corpo docente e técnico administrativo.

Os concursos públicos estão sendo autorizados pelo Governo, mas ainda não é suficiente para repor toda a necessidade de aporte. Além do mais, os salários, regidos pelo plano de carreira, não atraem bons profissionais, sucateando ainda mais as universidades e colocando em cheque o trabalho de excelência de uma instituição de ensino superior.

Finalmente, seja qual for o rumo do país em termos de direcionamento de políticas educacionais, que não haja retrocesso de ações que estão sendo empreendidas atualmente.

Assim, as universidades públicas, mais do que nunca, se mercantilizam no mesmo processo pelo qual passam as demais políticas sociais, geridas e financiadas num mix público-privado.

Especificamente para a Universidade de Brasília, que detém receitas próprias, sendo aproximadamente 80% arrecadadas através de concursos executados pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE representa uma fatia considerável no contexto de suas receitas, denotando para o governo federal a autossuficiência quanto a sua sustentabilidade, em detrimento à liberação de receitas do tesouro para sua sustentabilidade quanto as despesas de manutenção geral.

É fato que existe a necessidade da Administração Superior da FUB constituir políticas quanto as ações de gestão relacionadas a modernização administrativa a ser aplicada no seu contexto geral, especificamente as medidas de cunho administrativo e gerencial na contenção de gastos públicos, com adoção de políticas e práticas administrativas que poderão amenizar a crise vivenciada, tais como:

- Adequar academicamente a universidade, em seu aspecto qualitativo e quantitativo, às novas demandas, dinâmicas, escalas e aos novos papéis e contextos globais advindos da sociedade do conhecimento.
- Formar, estrategicamente, mão de obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento.
- Produzir ciência, tecnologia e inovação.
- Produzir e transmitir um conhecimento que promova a igualdade, a inclusão e auxílio na formação de cidadãos.
- Política de reestruturação administrativa visando adequar a estrutura organizacional com mapeamento de fluxos administrativos, motivando a mudança da cultura organizacional da Universidade.
- Política de racionamento de consumo de energia elétrica, água e telefone e outros serviços congêneres.
- Política de contenção/redução de gastos com contratos de terceirização e outros contratos administrativos.
- Política de modernização e atualização nos valores cobrados com aluguéis dos seus imóveis.

- Política de arrecadação de receita própria, vinculada a diversos projetos, quanto ao rateio dos recursos para financiar os custos indiretos da Universidade.
- Política de racionalização de recursos materiais.
- Política de produção de redes de sistemas de informatização de processos administrativos e acadêmicos, visando atender aos instrumentos de tecnologia da informação.
- Política para adequação do espaço físico visando racionalizar despesas de custeio.
- Política de recursos humanos com definição de lotação mínima ideal para as unidades administrativas e acadêmicas.
- Política de boas práticas administrativas para a aquisição de bens e serviços na Universidade.

Além desses processos, que garantem maiores lucros ao capital de forma imediata com a abertura de novos espaços de valorização, a universidade também é chamada a mudar seus conteúdos para adequá-los às necessidades de produção e, sobretudo, reprodução de inovações tecnológicas e formação de trabalhadores intelectuais para as necessidades do capitalismo contemporâneo.

O REUNI, nesse contexto, só tem aprofundado uma lógica gerencial de gestão com financiamento por contrato baseado em resultados e metas. Essas ações baseadas em metas a ser cumpridas impacta na redução de espaços de autonomia universitária, princípio que mesmo que nunca completamente garantido no Brasil, visa permitir o comprometimento dos interesses da universidade com a maioria da população e não com o mercado ou o governo.

O financiamento por contrato de gestão funciona como uma chantagem para o conjunto da comunidade universitária.

Ao mesmo tempo, a expansão de vagas e de assistência estudantil, ainda que focalizada, vão servir à coesão social e às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da Questão Social, do desemprego estrutural e da desigualdade. Esse acesso massificado, todavia,

significa uma redução da qualidade defendida pelos movimentos sociais e inscrita na Constituição de 1988, que é calcada na indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Também não garante princípios pedagógicos básicos como o ensino presencial, condições infraestruturais adequadas, professores suficientes. Também é importante ressaltar, mais uma vez, que ainda que nominalmente haja uma ampliação de recursos financeiros e concursos públicos o que o REUNI propõe, na prática é uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais bem como uma redução proporcional dos recursos de custeio.

É de se ressaltar que o esforço empreendido pelo Ministério da Educação e que mesmo assim há desajustes que são enormes e contundentes no tocante aos planos e projetos executados, muito ainda há a ser analisado e feito.

Reconstruir o trabalho universitário, vendo nele um empreendimento difícil, mas imprescindível, processo esse que deverá ser entendido e assumido por todos que fazem a gestão das universidades.

Embora esteja sendo vivenciado um fato inédito no ensino superior, em se tratando de expansão e reestruturação, o fato é que a demanda é muito grande por parte da sociedade e sabe-se que nada se concretiza sem o devido financiamento.

O crescimento no financiamento da educação superior vem ocorrendo gradativamente, porém ainda falta muito para que o Brasil possa ser comparado com os modelos internacionais de educação superior.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira.** In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis da; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). *Reformas da educação superior, cenários passados e contradições do presente.*

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano.** São Paulo: Cortez, 1982.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).** Brasília, 2010.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira.** Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Notas sobre o alcance normativo da autonomia universitária no Brasil.**

BERRONES, R. U. **El fortalecimiento de La vida democrática: la nueva relación de La sociedad y el Estado.** *Revista Del CLAD*, Caracas, Venezuela, n. 20, p. 141-170, jun. 2001.

BRASIL. LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Brasília: 1968. Disponível em:

<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Ffinep%2Fprolei%2FDocument%2F7444909606155278325>. Acesso em maio de 2011.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília: 2007. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em maio de 2011.

_____, 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

_____, 2004. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2012: projeto de lei orçamentária**. - Brasília, 2011. 6v. em 8. 5º volume. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamento/brasil/orcamentouniao/loa/loa2012/ciclos/copy2_of_Proposta.html

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007a.

BUARQUE, Cristovam. **A Universidade numa encruzilhada**. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL nº 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar; n. 436).

CATANI, A.; DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-118.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A institucionalização da avaliação**. In: DURHAM, Eunice Ribeiro;

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade Modernizada à Universidade Disciplinada: Acton e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Claudia Maria de; FELIX, Grasiely Andreza Cachoeira. MELO, Pedro Antônio de; SAURIN, Valter. **Estudo das fontes de recursos e despesas por categorias econômicas das Universidades federais brasileira**. V Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Mar Del Plata, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2011. **Censo da educação superior 2010**. Brasília. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>

OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009, p.63-91.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2005.

Guterres, Clóvis. Artigo publicado no **Jornal A Razão** de 13 de agosto de 2007.

JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). **Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010, p.37-53.

LIMA, Kátia Regina de S. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCEBO, Deise (org.) **Reformas da Educação Superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. **Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica**. In: OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes,

MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MICHELOTTO, M. R. UFPR: **Uma universidade para a classe média**. In: MOROSINI, M. C.(Org) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. (Campinas-SP: Autores Associados, 2006).

Neves, I. (Org.). **O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009, p.93-112.

OLIVEIRA, J. F.: DOURADO, L.F; AMARAL, N. C. **Desafios e perspectivas de uma política para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES**. Brasília: MEC/INEP, 2006.

OTRANTO, Célia Regina. **A Autonomia Universitária no Brasil**. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2009.

_____. **A Reforma da Educação Superior no governo Lula da Silva: da inspiração à implantação**. In: JÚNIOR, João dos Reis Silva, OLIVEIRA, João Ferreira de MANCEBO, Deise. (organizadores). *Reforma Universitária: dimensões e perspectivas*, São Paulo: Editora Alínea, 2006b.

PAIM, A., **A busca de um modelo universitário**. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

Péricles Trevisan. Caio Sperandeo de Macedo. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005. Arthur Roquete de Macedo.

_____. **Reforma Universitária no Brasil: Uma Análise dos Documentos Oficiais e da Produção Científica Sobre o REUNI-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Lugão, Ricardo Gandini; Abrantes, Luiz Antonio; Brunozi Junior, Antônio Carlos; Silva, Fernanda Cristina da; Souza, Alisson Penna de. Trabalho apresentado no X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América Del Sur, Mar Del Plata, 8 a 10 de dezembro de 2010.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Viviane de Souza. **O Reuni como estratégia da contra-reforma da educação superior**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação).

SAURIN, V. **Administração Financeira das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-2004

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 2006a.

_____. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2006b.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 197-207.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma universitária - a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI**. In: ORSO, Paulino José (Org.). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas: Editora Alínea, 2006.

SOBRINHO, José Dias. Seminário: **Universidade: Por que e como reformar**. MEC/SESu – 06 e 07 de agosto de 2003. Tema: Avaliação da Educação Superior – Valores Republicanos, Conhecimento para a Emancipação, Igualdade de Condições e Inclusão Social.

Soares, Thiago Coelho; Serra, Fernando Antonio Ribeiro; Pereira, Maurício Fernandes e Manzon, Gisele. **REUNI E AS FONTES DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**, 2003, Brasília. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2003.

STEINER, João E. *Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatórios/educação – acessado em dezembro de 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TRIGUEIRO MENDES, D. **Expansão do ensino superior no Brasil**. *Documenta*, n. 91, p. 26-70, set. 1968.

VAHL, T. R. O papel da avaliação na gestão universitária, **Revista FIVA**. Rio de Janeiro, n. 2, jul./dez. 1992.

_____ **Plano de Reestruturação e Expansão** - Universidade de Brasília, 2008 – 2012.